



**Universidade de Brasília**

Ministério da Educação

Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares

Centro de Formação Continuada de Professores

Secretaria de Educação do Distrito Federal

Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação

Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica

**ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS:  
UMA VISÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL  
ESPECIALIZADO EM UMA ESCOLA DA REDE PÚBLICA DE  
ENSINO DO DISTRITO FEDERAL**

**Tatiane de Oliveira Soares**

Orientadora Prof<sup>a</sup>. Dra. Rita Silvana Santana dos Santos UAB/UnB

Tutora orientadora Prof<sup>a</sup> M.a Lucilene Costa da Silva – SEE/DF

Brasília (DF), 19 de Dezembro de 2015

**Tatiane de Oliveira Soares**

**ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS:  
UMA VISÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL  
ESPECIALIZADO EM UMA ESCOLA DA REDE PÚBLICA DE  
ENSINO DO DISTRITO FEDERAL**

Monografia apresentada para a banca examinadora do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica como exigência parcial para a obtenção do grau de Especialista em Coordenação pedagógica sob orientação da Prof.<sup>a</sup> Dra. Rita Silvana Santana dos Santos UAB/UnB e tutora orientadora Prof.<sup>a</sup> M.a Lucilene Costa e Silva – SEE/DF.

**TERMO DE APROVAÇÃO**

**Tatiane de Oliveira Soares**

**ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS:  
UMA VISÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL  
ESPECIALIZADO EM UMA ESCOLA DA REDE PÚBLICA DE  
ENSINO DO DISTRITO FEDERAL**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Coordenação Pedagógica pela seguinte banca examinadora:

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Rita Silvana Santana dos Santos UAB/UnB  
(Professora-orientadora)

---

Prof<sup>a</sup> M.a Lucilene Costa e Silva – SEE/DF  
(Tutora-orientadora)

---

Prof<sup>a</sup> M.a Suze Sabino da Silva – SEE/DF  
(Examinadora externa)

Brasília, 19 de dezembro de 2015

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus por ter me dado forças para continuar nesta longa jornada acadêmica.

Às minhas colegas de trabalho que foram essenciais para minha motivação e sucesso.

À minha família pela compreensão e incentivo.

A todas essas pessoas especiais que fizeram e ainda fazem parte da minha vida eu dedico este meu precioso trabalho de pesquisa que exigiu de mim muitas horas do meu tempo, porém que foram fundamentais para a construção da minha vida acadêmica.

## **AGRADECIMENTOS**

Meus mais profundos agradecimentos vão para o maior de todos os pais Deus, que em todos os momentos esteve me abençoando, me dando forças, me guiando e por realizar todos os meus sonhos.

A minha tutora Lucilene, pelas maravilhosas colocações e paciência.

Ao meu querido aluno portador da Síndrome de Down que me impulsionou a realizar esta pesquisa.

A todos meu sincero agradecimento, pois de alguma forma fizeram parte da minha jornada, me ajudaram a prosseguir, me deram força e carinho.

Muito obrigada!

Devemos ter em mente que nenhum ser humano é igual ao outro; mesmo os gêmeos mais idênticos apresentam algumas diferenças físicas e comportamentais. O mesmo ocorre com as pessoas com deficiência: nenhuma pessoa com deficiência é igual à outra. O que devemos lembrar é que as particularidades individuais das pessoas com deficiência devem ser levadas em conta.

(HONORA, FRIZANCO. 2008, p - 14)

## RESUMO

A temática sobre a educação especial e a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais no ambiente escolar traz consigo uma trajetória histórica e com o passar do tempo foi ampliada e fundamentada por bases legais. O atendimento educacional especializado chega aos espaços escolares como forma de ampliar a qualidade do ensino e dessa forma promover a inclusão, esse atendimento se dá por meio das salas de recursos multifuncionais, classes especiais, turmas de integração inversa. Para que a inclusão seja efetivada é necessário que haja formação continuada dos profissionais de ensino, adaptação da estrutura escolar como também a participação dos coordenadores pedagógicos na promoção da educação especializada. A presente pesquisa teve o objetivo analisar o atendimento educacional especializado em uma escola pública e especificamente a participação do coordenador pedagógico para a promoção do atendimento educacional especializado e como acontece o processo de ensino e aprendizagem desenvolvido com as crianças do ensino especial envolvendo o currículo e o espaço físico e também a formação continuada dos professores da educação inclusiva. Esta pesquisa contou com uma abordagem qualitativa e o instrumento utilizado para coleta dos dados foi o questionário e os sujeitos da pesquisa professores, coordenadores e orientadora educacional. As informações coletadas indicam que o espaço escolar é ao mesmo tempo espaço de formação continuada e inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, mesmo em meio a imensas dificuldades.

Palavras chaves: Atendimento educacional especializado; Educação especial; Inclusão; Formação continuada.

# SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	9
<b>1. Contexto da pesquisa</b> .....	11
1.2 Justificativa .....	12
<b>1.3 Problema</b> .....	13
2 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL .....	16
2.1 Marcos legais da educação especial .....	21
<b>2.2 O aluno com necessidades educacionais especiais e o atendimento educacional especializado na rede pública de ensino do Distrito Federal</b> .....	23
<b>2.2.1 Estrutura das salas de recursos com ênfase no atendimento educacional especializado na Secretaria de Educação do Distrito Federal</b> ...	29
<b>2.2.2 Escola inclusiva: Adequações curriculares e atendimento educacional especializado em nome da igualdade no processo de ensino e aprendizagem</b> .....	33
<b>2.3 A formação do professor atuante na sala de recursos, classes especiais, turmas de integração inversa e centros de ensino especial e a participação do coordenador pedagógico para a promoção da educação especializada</b> .....	39
3 METODOLOGIA .....	46
<b>3.1 Análises dos dados qualitativos</b> .....	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	53
APÊNDICE 1 .....	56
QUESTINÁRIO.....	56
APÊNDICE 2 .....	59
QUADROS DE ANÁLISES DE DADOS.....	59
REFERÊNCIAS.....	65



## INTRODUÇÃO

Considerando que a escola é um espaço multidisciplinar e cuja intencionalidade educativa é propor uma educação de qualidade por meio de projetos, planejamentos e participação efetiva da equipe pedagógica deve também estar atenta à inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais. Portanto a escola em seu papel social se abre para um novo paradigma que propõe que a inclusão se efetive em seu espaço escolar.

Entendemos que no passado a prática muitas vezes era diferenciada da teoria e encontrávamos espaços vazios de diálogo, falta de estrutura e a exclusão, entretanto vale ressaltar que a sociedade contemporânea tem buscado elucidar o significado da inclusão e propor legislações e infraestrutura escolar para este atendimento de maneira a proporcionar uma educação de qualidade.

Portanto esta pesquisa surgiu com o intuito de elucidar questões relacionadas ao atendimento educacional especializado nas salas de recursos multifuncionais e a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas turmas de integração inversa e a formação continuada de professores.

No referencial teórico no capítulo 2 faz uma breve reflexão sobre os aspectos históricos da educação especial no Brasil e suas implicações para o modelo atual de educação especial e suas influências nos atendimentos educacionais especializados no Brasil e no DF. Ainda no subitem 2.1 os marcos legais e as diretrizes que fundamentam a educação especial e sua obrigatoriedade.

Ampliando o assunto o subitem 2.2 tratará de um assunto acerca do aluno com necessidades educacionais especiais e o atendimento educacional especializado na rede pública de ensino do Distrito Federal, tendo como base a Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional.

Dando sequência no item 2.2.1 traz a estrutura das salas de recursos com ênfase no atendimento educacional especializado na Secretaria

de Educação do DF tendo como base as orientações pedagógicas Educacional, 2010.

Outro tema ressaltado no item 2.2.2 além do atendimento educacional especializado são as diretrizes curriculares na escola inclusiva em nome da igualdade no processo de ensino e aprendizagem e com isso uma forma de incluir ao invés de excluir.

Por fim, mas não menos importante o item 2.3 elucida a formação continuada do professor atuante na sala de recursos, classes especiais, turmas de integração inversa e centros de ensino especial como também a participação do coordenador pedagógico para a promoção da educação especializada.

Para tanto nesta pesquisa foi analisado o atendimento educacional especializado em uma escola pública de Taguatinga tendo como objetivos específicos conhecer a participação do coordenador pedagógico para a promoção do atendimento educacional especializado, compreender como acontece o processo de ensino e aprendizagem desenvolvido com as crianças do ensino especial envolvendo o currículo e o espaço físico como também observar a influência do processo de formação continuada dos professores da educação inclusiva.

A educação especial é um assunto que deve ser amplamente discutido nos espaços escolares aos quais esses alunos estão incluídos e necessitam desse atendimento especializado para continuarem seus estudos, para tanto é necessário que não só a estrutura da escola seja modificada como também a postura e entendimento acerca desta temática por parte de toda equipe escolar.

## **1. Contexto da pesquisa**

A pesquisa se desenvolveu em uma escola classe pública de Taguatinga na qual a pesquisadora atua em uma classe de integração inversa com dois alunos com necessidades educacionais especiais, sendo o Aluno 1 portador da síndrome de Down e o Aluno 2 com relatório feito pela equipe de atendimento especializado que relata que o mesmo possui dificuldades intelectuais.

A pesquisadora formou-se no ano de 2009 tendo atuado em sala de aula como estagiária, já em 2010 atuou como regente em sua primeira turma em uma escola particular. Nesta turma um aluno ainda sem diagnóstico possuía imensa dificuldade na aquisição da leitura e da escrita, o mesmo por pedido da pesquisadora foi avaliado por profissionais e diagnosticado com dislexia, foi então que começou o imenso interesse pelo atendimento de alunos especiais.

Em 2011 a pesquisadora ingressou na rede pública de ensino do Distrito Federal e qual sua surpresa se viu inserida em uma turma de integração inversa na qual a turma pode possuir até 18 alunos com até 3 alunos especiais com diagnóstico e essa turma específica possuía uma aluna DMU (deficiências múltiplas), um portador de síndrome de Down e um TDAH (transtorno de déficit de atenção e hiperatividade). Enfim um grande desafio e que apesar das dificuldades foi superado e os alunos conseguiram avançar.

Nos anos seguintes todas as turmas possuíam alunos especiais inclusive uma classe especial com 2 alunos um TGD (transtorno global do desenvolvimento) e uma DMU (Deficiências múltiplas) o que demandou a procura de formação continuada e por isso veio o desejo de procurar cada vez mais cursos para aperfeiçoar o trabalho pedagógico e melhorar o atendimento a esses alunos como também o imenso desejo em propor um projeto de pesquisa acerca desse tema tão recorrente na escola pública.

## 1.2 Justificativa

As diretrizes Nacionais para a Educação especial na educação Básica ressalta que a educação é de extrema importância para a socialização de cada indivíduo e que essa mesma educação é a base para a vida em sociedade com ênfase na cultura e na cidadania.

Ainda diante dessa temática as diretrizes trazem o parecer CNE/CEB nº 17/2001 que em seu relatório descreve

Dentre os principais documentos que formaram o substrato documental do parecer sobre a educação especial citam-se

1. “Proposta de Inclusão de itens ou disciplina acerca dos portadores de Necessidades Especiais nos currículos dos cursos de 1º e 2º graus” (SIC)
2. Outros estudos:
  - A. “Desafios para a Educação Especial frente à lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional”;
  - B. “Formação de professores para a educação Inclusiva”
  - C. “Recomendações aos sistemas de ensino”, e,
  - D. “Referenciais para a educação especial”  
(BRASIL, 2001. P.7-8)

Diante do exposto surgiu o interesse em ampliar conhecimentos acerca do assunto para que o trabalho pedagógico que atenda e seja desenvolvido com os alunos com necessidades educacionais especiais seja significativo e compreender melhor o espaço e tempo de aprendizado de cada aluno como também que os educadores sejam beneficiados com este estudo e ampliem seus conhecimentos.

A pesquisa foi realizada em uma escola pública do Distrito federal e foram observadas 3 turmas de integração inversa, cujos alunos ANEES (alunos com necessidades educacionais especiais) são incluídos nas turmas regulares reduzidas. Nos dias atuais as escolas têm tentado se adequar para que os alunos especiais sejam atendidos, no entanto ainda existe uma imensa dificuldade tanto quanto ao espaço físico como conteúdos a se trabalhar conforme o currículo em movimento da SEDF.

Uma educação que atenda os alunos em sua totalidade é de extrema importância e para isso é necessário que um amplo estudo seja feito e que as políticas públicas sejam ampliadas, para tanto é preciso que haja uma mobilização e conhecimento a cerca do tema, por isso essa pesquisa será

relevante para ampliação dos conhecimentos sobre a educação especial no DF.

### **1.3 Problema**

Em meados do século XIX crianças com “deficiências” eram escondidas em suas casas e raramente eram aceitas em ambientes escolas, eram diversas as nomenclaturas utilizadas para menosprezar e excluir essas crianças e jovens que chegavam a fase adulta sem nenhum tipo de atendimento, estímulo e reconhecimento, a maioria não tinha muita expectativa de vida por não possuírem até mesmo atendimento médico adequado.

Muitas famílias indignadas com essa situação buscaram com recursos próprios um atendimento para seus filhos e inseri-los no ambiente escolar mesmo quando estes eram tidos como inferiores ou teriam que ser atendidos exclusivamente em escolas para “excepcionais” mostrando que uma boa parte da nossa história essas crianças viveram na segregação social, ou seja, não faziam parte do convívio social e muito menos da escola.

Com o passar dos anos e mediante a luta pela inclusão esses alunos adentraram no espaço escolar que não tinha estrutura física nem pedagógica para atendê-los e novamente se deparavam com a exclusão, pois os professores não tinham a formação necessária para que o processo de ensino aprendizagem fosse efetivo e que o processo de socialização ocorresse. Em âmbitos governamentais muitas coisas mudaram, leis e diretrizes foram criadas para efetivar o atendimento, no entanto, a prática tem sido diferente, muitas escolas continuam sem estrutura e os professores sem formação, vale ressaltar também que muito se tem feito a respeito.

Diante desta temática é necessária uma análise profunda para verificar como se realiza nos dias atuais o atendimento especializado à esses alunos que estão na escola, hoje não estão escondidos, eles participam, interagem, porém é preciso compreender como de fato acontece esse processo e o que a escola e a rede de ensino proporcionam para facilitar o processo de ensino aprendizagem.

Diante desta problemática como acontece o atendimento educacional especializado nos dias atuais em uma escola da rede pública de ensino do Distrito Federal?

#### **1.4 Hipóteses**

- O funcionamento dos atendimentos educacionais especializados das escolas públicas do DF tem ocorrido de maneira precária.
- As escolas tem buscado trabalhar o tema inclusão de acordo com o currículo.
- A formação continuada dos (as) professores (as) para atendimento educacional especializado deve ocorrer continuamente.

#### **1.5 Objetivos**

##### **1.5.1 Geral**

Analisar o atendimento educacional especializado em uma escola pública do Distrito Federal.

##### **1.5.2 Específicos**

- Analisar como acontece o atendimento educacional especializado na escola pública Criança Feliz de Taguatinga-DF.
- Conhecer a participação do coordenador pedagógico para a promoção do atendimento educacional especializado.
- Compreender como acontece o processo de ensino e aprendizagem desenvolvido com as crianças do ensino especial envolvendo o currículo e o espaço físico.

- Observar a influência do processo de formação continuada dos professores para a promoção da educação inclusiva.

## 2 HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

Sabemos que desde os primórdios da civilização humana sempre existiu alguma forma de educação, muitas delas perpassavam de geração para geração empiricamente, essa educação assim como é nos dias atuais é a base que sustenta tudo, pois aprendemos e repassamos conhecimento diariamente. Porém este assunto veio a tona para ilustrar o cenário da educação atual que ao passar do tempo foi sendo sistematizada e ampliada. No entanto o caminho do ensino especial foi marcado por lutas e controvérsias que será discutido ao longo deste capítulo.

A história da educação especial não era muito discutida, para tanto ressalta-se que essa preocupação sempre ocorreu entre alguns estudiosos e que a mesma se apresenta em quatro estágios segundo MIRANDA, 2003.

Inicialmente é evidenciada uma primeira fase, marcada pela negligência, na era pré-cristã, em que havia uma ausência total de atendimento. Os deficientes eram abandonados, perseguidos e eliminados devido às suas condições atípicas, e a sociedade legitimava essas ações como sendo normais. Na era cristã, segundo Pessotti (1984), o tratamento variava segundo as concepções de caridade ou castigo predominantes na comunidade em que o deficiente estava inserido. Num outro estágio, nos séculos XVIII e meados do século XIX, encontra-se a fase de institucionalização, em que os indivíduos que apresentavam deficiência eram segregados e protegidos em instituições residenciais. O terceiro estágio é marcado, já no final do século XIX e meados do século XX, pelo desenvolvimento de escolas e/ou classes especiais em escolas públicas, visando oferecer à pessoa deficiente uma educação à parte. No quarto estágio, no final do século XX, por volta da década de 70, observa-se um movimento de integração social dos indivíduos que apresentavam deficiência, cujo objetivo era integrá-los em ambientes escolares, o mais próximo possível daqueles oferecidos à pessoa normal. (MIRANDA, 2003.p.2)

Com isso se pode observar nestes quatro estágios a importância da trajetória da educação especial que no primeiro momento praticamente inexistia qualquer tipo de atendimento, ou seja, a exclusão era evidente e as nomenclaturas como “idiotas, imbecis e mongoloides” entre outras eram



utilizadas para referir-se as pessoas com deficiências. Continuando a visualização do segundo momento com a institucionalização veio também a segregação dos indivíduos com deficiência, já no terceiro momento se pode verificar um pequeno avanço no que diz respeito à valorização com o oferecimento de atendimento na rede pública de ensino com classes especiais, porém excluídos, mas no quarto estágio verifica-se finalmente um interesse que se efetive esse atendimento nas redes públicas de ensino como uma forma de inclusão.

Voltando o olhar para a história da educação especial no Brasil podemos visualizar um enorme esforço com a criação de institutos ainda de acordo com MIRANDA, 2003.

A história da Educação Especial no Brasil tem como marcos fundamentais a criação do “Instituto dos Meninos Cegos” (hoje “Instituto Benjamin Constant”) em 1854, e do “Instituto dos Surdos-Mudos” (hoje, “Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES”) em 1857, ambos na cidade do Rio de Janeiro, por iniciativa do governo Imperial (JANNUZZI, 1992; BUENO, 1993; MAZZOTTA, 1996).

A fundação desses dois Institutos representou uma grande conquista para o atendimento dos indivíduos deficientes, abrindo espaço para a conscientização e a discussão sobre a sua educação. No entanto, não deixou de “se constituir em uma medida precária em termos nacionais, pois em 1872, com uma população de 15.848 cegos e 11.595 surdos, no país eram atendidos apenas 35 cegos e 17 surdos” (MAZZOTTA, 1996, p.29), nestas instituições.

Assim, a Educação Especial se caracterizou por ações isoladas e o atendimento se referiu mais às deficiências visuais, auditivas e, em menor quantidade, às deficiências físicas. Podemos dizer que em relação à deficiência mental houve um silêncio quase absoluto. (MIRANDA, 2003, p.3)

Verificamos que estas criações de institutos foram muito importantes para o avanço e a inclusão de pessoas com deficiência na escola como também outros tipos de assistência, ou seja, visualizamos os primeiros passos para o atendimento que temos hoje. Entretanto ainda assim tratar o tema histórico da educação especial muitas vezes é complicado devido ao fato de não haver material suficiente a respeito do assunto, as pesquisas ainda são tímidas. Mas vale ressaltar que nos dias atuais tem-se mostrado um grande empenho para ampliar este atendimento criando leis e diretrizes.

Assim como no Brasil inteiro no Distrito Federal também contamos com um momento histórico de acordo com o currículo em movimento da educação básica – Educação especial, podemos visualizar um quadro de como a educação especial era concebida e como acontecia esse processo no DF.

No Distrito Federal, desde a década de 1970, foram definidas ações de atendimento a estudantes com necessidades educacionais especiais, sobretudo para aqueles que possuíam algum tipo de deficiência. No entanto, na época, esse atendimento era concebido em uma proposta vinculada a princípios de individualização, segregação, normalização e integração de pessoas com deficiência. Na rede pública de ensino do Distrito Federal, o início da escolarização de estudantes com deficiência acontecia em instituições e especializadas, denominadas Centro de Ensino Especial, com a possibilidade de atendimento em classes especiais, cujas turmas eram menores e formadas por estudantes com deficiência, e tinham como objetivo prepará-los para a integração total, ou seja, a inserção em classes comuns de ensino regular. No entanto, permanecia-se com um regime de atendimento pautado pela segregação de alunos ao espaço pedagógico e social do coletivo da escola. A ineficiência desse processo gerou evasão, repetência ou ainda o retorno do estudante às instituições especializadas. (SEEDF, 2010. P.9)

Com o passar das décadas de acordo com o currículo em movimento da educação especial esse atendimento foi sendo aos poucos modificado no DF, na década de 90 a educação especial começou a ser vista em uma perspectiva de inclusão na qual o aluno deveria ser acolhido e atendido de maneira global sendo respeitadas as especificidades individuais. Mas esse processo foi árduo e a SEEDF não conseguiu avançar na inclusão e atendimento aos alunos especiais e a integração nas classes regulares de ensino, mas esse acesso foi precário o que levou os alunos especiais novamente às escolas exclusivamente especiais.

A SEEDF se viu diante de um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao, contextualizar circunstâncias históricas de produção da exclusão dentro e fora da escola. (SEDF, 2010. Pág.10)

O Distrito Federal mediante sua luta pela ampliação de promover o acesso e permanência do aluno com necessidades educacionais especiais também conta com uma legislação local que dispõe sobre o atendimento à todos os alunos. De acordo com a Orientação Pedagógica Educação especial, 2010, pág. 21 a legislação vigente no DF é:

- Lei Orgânica do Distrito Federal, de 08 de junho de 1993.
- Lei nº 2.352, de 26 de abril de 2002. Regulamenta a lei nº 2.682/2001. Dispõe sobre atendimentos especializados aos estudantes portadores de deficiência na Educação Básica em estabelecimentos públicos e particulares do DF.
- Lei nº 3.218, de 05 de novembro de 2003. Dispõe sobre a universalização da educação inclusiva nas escolas da rede pública de ensino do Distrito Federal.
- Lei nº 4.317, de 09 de abril de 2009. Institui a política Distrital para a integração da Pessoa com Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências.

Sabemos que o sistema educacional do DF tem a incumbência de promover meios como também recursos suficientes para que com isso possa proporcionar um atendimento que seja capaz de proporcionar aos alunos com necessidades educacionais especiais qualidade do ensino, dando ênfase a igualdade de direitos e principalmente a dignidade da pessoa humana.

O percurso da educação especial foi muito importante para o atendimento e acesso que temos hoje nas escolas públicas do Brasil e do Distrito Federal e esse acompanhamento e oferta está cada dia mais divulgado e as famílias tem buscado seus direitos e as crianças com necessidades educacionais especiais estão adentrando os espaços escolares.

A escola pública, assumida atualmente como veículo de inclusão e ascensão social, vem sendo, no Brasil, inexoravelmente um espaço de exclusão, não só de pessoas com deficiência, mas de todos aqueles que não se enquadram no padrão do imaginário do aluno “normal”. Além disso, as classes especiais tornaram-se verdadeiros depósitos de todos aqueles que, por uma razão ou outra, não se enquadram no sistema escolar. (FERREIRA e GUIMARÃES, 2003. p. 108).

Contudo sabemos que a escola pública sozinha não consegue propor a inclusão necessitando de apoio dos demais órgãos públicos. Diversas pesquisas foram realizadas ao longo dos anos e a maioria delas traz como cerne a inclusão dos alunos com deficiência na rede regular de ensino como forma de propor um projeto inclusivo e um atendimento educacional especializado, porém a prática na maioria das vezes não condiz com a teoria e essa integração muitas vezes está sendo visualizada como segregação e discriminatória.

Ainda hoje, a situação atual do atendimento às necessidades escolares da criança brasileira é responsável por índices assustadores de repetência e evasão do ensino fundamental. Contudo, tanto no imaginário social como na cultura escolar, as limitações e dificuldades de certos alunos- os pobres e os que apresentam deficiência – para enfrentar as exigências da escolaridade regular corroboram uma crença que aparece na simplicidade das afirmações do senso comum e, até mesmo, em certos argumentos e interpretações teóricas sobre o tema. (FERREIRA e GUIMARÃES, 2003. P.109).

Diante desse fato é preciso que a escola procure um espaço de comunicação e venha buscar colocar em prática a inclusão ainda segundo FERREIRA e GUIMARÃES (2003, p.112) “É inegável que as redes de ensino, nos últimos anos, têm discutido mais sobre o direito à escolarização dos alunos considerados portadores de necessidades especiais”. Para tanto ainda é necessário que esse espaço de diálogo seja ampliado e discutido nos momentos de coordenação coletiva da escola por intermédio da equipe escolar principalmente os coordenadores pedagógicos como também nos momentos de formação continuada dos professores em cursos fora do ambiente escolar.

Atualmente, as políticas de educação especial no Brasil adotaram orientação inclusiva, procurando assumir essa prática democrática com atributos políticos voltados para a realização humana. Os desafios que estão em torno dos procedimentos a serem adotados no planejamento e na implementação dessa ideia ou, dito de outro modo, desse valor. (CARVALHO, 2008. P. 46)

A educação especial inclusiva, portanto é uma conquista histórica e merece ser ampliada e oferecida com qualidade nas escolas públicas de todo o país respeitando as especificidades de cada aluno incluso nas escolas, também se torna imprescindível a consideração as legislações existentes e os percursos sofridos para garantir o atendimento das crianças com necessidades educacionais especiais na escola levando em consideração um projeto político pedagógico construído coletivamente e atividades pedagógicas adequadas.

## **2.1 Marcos legais da educação especial**

Diante da história da Educação Especial que passou por momentos históricos importantes para o avanço do atendimento e oferta da educação especial faremos uma breve explanação acerca da legislação da educação especial.

As diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001) traz a educação especial como modalidade da educação escolar e sua importância para o atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais. É importante ressaltar que esses documentos chegam em momentos oportunos para se visualizar de maneira eficiente, portanto ainda segundo as diretrizes citamos a CF 1988, título VIII, da ordem social:

Art. 208:

III – Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

IV - § 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público e subjetivo.

V – Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; (MEC, 2001. Pag. 10).

O artigo 227 vai ressaltar a prevenção e atendimento especializado como também a integração social do adolescente com deficiência e a formação para o trabalho, enfatiza também a adequação dos

espaços públicos como também fabricação de transporte público adequados às necessidades das pessoas com deficiência.

As colocações feitas até o momento demonstram enorme interesse no atendimento como também traz a obrigatoriedade da oferta do mesmo, sabemos que ainda existem muitos outros documentos que embasam este assunto, no entanto faremos uma breve síntese.

- Lei nº 853/89. Dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiências, sua integração social, assegurando o pleno exercício de seus direitos sociais.
- Lei nº 8.069/90. Dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente. § 1º artigo 2 – “A criança e o adolescente portadores de deficiência receberão atendimento educacional especializado.”.
- Decreto nº 3.298/99. Regulamenta a lei nº 7.853/89, dispõe sobre a política nacional para a integração da pessoa com deficiência e dá outras providências.
- Portaria MEC nº 679/99. Dispõe sobre os requisitos de acessibilidade a pessoas com deficiências para instruir processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de instituições.
- Lei nº 10.098/00. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências
- Declaração mundial de Educação para todos e declaração de Salamanca (MEC, 2001. P.11, 12,13).

Também se torna necessário a explanação de uma das principais legislações da educação brasileira a LDBEN (Lei de diretrizes e bases da educação nacional) lei nº 9.394/96 que estabelece as diretrizes para a educação nacional. A referida lei nos mostra que a educação especial vai além de artigos, a inclusão a cada dia está sendo reconhecida nos espaços escolares por isso, se torna necessário que possamos conhecer amplamente a legislação vigente. A LDB surge como meio de ampliar estudos e garantir direitos subjetivos.

- Art. 4º, III – Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.
- Art. 58. Entende-se por educação especial para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida

preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º - Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (MEC, 2001. P. 11,12).

Para que os direitos fossem assegurados essas legislações foram e ainda são importantes, pois sabemos que sem elas, as instituições públicas e privadas sejam de saúde como de ensino não assegurariam os atendimentos necessários e com isso a garantia de direitos subjetivos.

O estudo prévio acerca da legislação nos mostra o quanto houve uma evolução com o passar das décadas, saímos de um atendimento precário e excludente para uma nova visão de inclusão e atendimento educacional especializado priorizando um atendimento individualizado e isso foi um grande avanço no que se refere ao respeito às diferenças.

## **2.2 O aluno com necessidades educacionais especiais e o atendimento educacional especializado na rede pública de ensino do Distrito Federal**

Podemos observar que o atendimento ao aluno com necessidades educacionais especiais acontece na rede pública de ensino, para tanto é preciso haver uma reflexão sobre o assunto e verificar como esse atendimento acontece na realidade escolar de acordo com as Diretrizes Nacionais para a educação especial na educação básica em uma citação da LDB ressalta.

Art. 59 Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

- I- Currículos, métodos e técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
- II- Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
- III- Professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos na classe comum;
- IV- Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artísticas, intelectual ou psicomotora;
- V- Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível de ensino regular. (MEC, 2001. P. 13)

A Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional é uma importante referência para que o atendimento educacional especializado seja efetivado na escola como modo mais eficaz a organização do currículo, conteúdos e técnicas específicas para com isso mediar o processo de ensino e aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais e vale ressaltar que a educação especial deve perpassar todos os níveis etapas e modalidades da educação básica previstos na referida lei anteriormente citada e com isso propiciar o pleno desenvolvimento dos educandos por meio de um projeto político pedagógico que venha contemplar essa plenitude e que além dos 200 dias letivos previstos em lei a escola possa proporcionar meios atendimento e articulação efetiva com as famílias e a comunidade escolar e dessa maneira o processo de inclusão aconteça efetivamente.

Ainda de acordo com as diretrizes, 2001 se entende por serviço de apoio especializado aqueles que atendem os alunos de maneira diversificada, ou seja, serviços que são oferecidos pela escola comum com o intuito de atender as necessidades especiais dos alunos e esses serviços podem se desenvolver:

- a) Nas classes comuns, mediante atuação de professor da educação especial, de professores intérpretes das linguagens e códigos aplicáveis e de outros profissionais; itinerância intra e



- interinstitucional e outros apoios necessários à aprendizagem, à locomoção e à comunicação;
- b) Em salas de recursos, nas quais o professor da educação especial realiza a complementação e/ ou suplementação curricular, utilizando equipamentos e materiais específicos. Caracterizam-se como serviços especializados aqueles realizados por meio de parceria entre as áreas de educação, saúde, assistência social e trabalho. (MEC, 2001. P.43)

Diante do exposto e com a nova visão e conceito da educação especial um novo olhar tem se formado com a perspectiva da inclusão e dessa maneira rompendo com os paradigmas fixados pela sociedade e ampliando-se e não restringindo-se apenas as dificuldades físicas, intelectuais e as demais limitações e deficiências e com esse novo conceito entendemos que todo e qualquer aluno seja atendido de acordo com os pressupostos nas diretrizes e leis que consolidam a educação especial.

Para tanto é de fundamental importância que possamos compreender cada um desses atendimentos começando por breves explicações que a orientação pedagógica educação especial, 2010 traz:

#### **Classes comuns do Ensino Regular:**

A inclusão de estudantes na classe comum do ensino regular requer o bom entendimento e a interação entre o (os) professor (ES) capacitado(s) que atua(m) na instituição educacional. Essa interação beneficiará o estudante com deficiência, com TGD e com altas habilidades em sua aprendizagem e desenvolvimento. (...) Como alternativa ao funcionamento da classe comum, encontram-se a classe de integração inversa, preconizada no art. 2º do Decreto nº 22.912/2002. O seu diferencial encontra-se no fato de apresentar a previsão de uma condição de redução do número de estudantes superior à redução de estudantes de uma classe comum. (P. 64-65).

#### **Classes especiais:**

Destinam-se a atender, extraordinária e temporariamente, as necessidades dos estudantes com deficiências e com TGD, cujas condições não puderem ser atendidas adequadamente por propostas, programas ou espaços inclusivos na rede de ensino (...). A classe especial deverá configurar a etapa, o ciclo ou a modalidade da educação básica em que o estudante se encontra – Educação infantil, Ensino Fundamental – Anos Iniciais, Educação de jovens e adultos (EJA interventivo para estudantes oriundos das classes especiais), assegurando a interação em atividades desenvolvidas pelas classes comuns. (P. 65-66).

#### **Classes especiais para estudantes com deficiência intelectual/mental:**

As classes especiais para o atendimento aos estudantes com deficiência intelectual destinam-se, extraordinária e transitoriamente, aos que estiverem na faixa etária dos 8(oito) aos 14(quatorze) anos e para estudantes acima de 14 anos, com orientação curricular de Educação de Jovens e Adultos e adequações necessárias. (...) a abertura de classes especiais para área de atendimento específica, somente será permitida em Diretorias Regionais de ensino que não possuam Centro de Ensino Especial. (P.67)

**Classes especiais/ Unidades especiais para estudantes com deficiência auditiva/ surdez:**

As classes especiais/unidades especiais destinam-se exclusivamente aos estudantes que apresentam diminuição da acuidade auditiva (surdez) identificada mediante exames audiométricos e que se encontram em situação que requeira atendimento educacional e apoios especializados e razão dessa condição (...). As classes especiais/unidades especiais contam com professores especializados em educação de surdos. (P. 68)

**Classes especiais para estudantes com transtorno global do desenvolvimento:**

Destinam-se aos estudantes com transtorno global do desenvolvimento (transtorno autista, transtorno de Asperger, transtorno de Rett, transtorno desintegrativo da infância e transtorno global do desenvolvimento sem outra especificação) de Educação Infantil (pré-escola) e de Ensino Fundamental – Anos Iniciais, na faixa etária dos 4 (quatro) aos 15 (quinze) anos, em caráter extraordinário e transitório, quando a severidade da conduta não possibilitar a inclusão imediata na classe comum. Na composição da classe, deve-se observar a proximidade de idade entre os estudantes, não devendo a diferença ultrapassar 4 (quatro) anos. (P. 71)

**Classes especiais para estudantes com deficiência visual/ surdocegueira:**

Em caráter excepcional, poderá ocorrer a criação de classe especial na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, para estudantes matriculados no Bloco Inicial de Alfabetização. A classe poderá ser criada quando não houver indicação imediata para a inclusão na classe comum e for identificada a necessidade do aprendizado do Braille, em caso de estudantes cegos ou possibilidade de perda visual no processo de alfabetização. (P.73)

Essas orientações pedagógicas para as salas de recursos trazem, portanto uma síntese de como será realizado o atendimento para cada tipo de deficiência em observância às suas especificidades, ao contrário do que se imagina este trabalho é desenvolvido pontualmente não de maneira estanque. Sabemos que este atendimento ainda é precário no Distrito Federal, mas é

oferecido a maioria dos alunos que dele necessitam como forma de promover a inclusão e facilitar o processo de ensino e aprendizagem.

Voltando o olhar para o conteúdo curricular nos deparamos com o currículo em movimento que ressalta a questão dos conteúdos e suas respectivas adaptações considerando o processo de ensino e aprendizagem como também o desenvolvimento em que se encontra o aluno e com isso realizar as adequações curriculares prevendo esses aspectos individuais e com isso promovendo a acessibilidade.

Os Conteúdos elencados em cada etapa da Educação Básica devem também ser previstos para os Estudantes com deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação. No entanto, há que se considerar o processo de aprendizagem e desenvolvimento em que se encontra o estudante. Isso significa dizer que as adequações curriculares devem ser previstas como forma de respeito às condições particulares desses estudantes, mediante estratégias e critérios de acessibilidade ao currículo da Educação Básica. (currículo em movimento p. 10)

Com esse novo paradigma da inclusão e com acesso e permanência garantidos se tornou necessário que os espaços escolares fossem adaptados e com isso uma mudança nas práticas de gestão escolar, formação continuada dos educadores, novas práticas pedagógicas, novas políticas públicas para a inserção das salas de recursos e de acordo com o documento orientador programa implantação de salas de recursos multifuncionais, em sua página 05 “a organização das salas de recursos multifuncionais, com a disponibilização de recursos e de apoio pedagógico para o atendimento às especificidades educacionais dos estudantes público alvo da educação especial matriculados no ensino regular”. Portanto em cumprimento da LDB/96 os alunos deverão ser matriculados preferencialmente na rede regular de ensino público.

Todos os estudantes público alvo da educação especial devem ser matriculados nas classes comuns, em uma das etapas, níveis ou modalidade da educação básica, sendo o atendimento educacional especializado – AEE ofertado no turno oposto ao do ensino regular. As salas de recursos multifuncionais cumprem o propósito da organização de

espaços, na própria escola comum, dotados de equipamentos, recursos de acessibilidade e materiais pedagógicos que auxiliam na promoção da escolarização, eliminando barreiras que impedem a plena participação dos estudantes público alvo da educação especial, com autonomia e independência, no ambiente educacional e social. (MEC.2012 P. 6)

O atendimento educacional especializado deverá ser oferecido aos alunos em turno contrário das aulas e deve priorizar a formação plena dos educandos de acordo com suas especificidades e em salas devidamente equipadas para este atendimento e esse espaço também deve constar no Projeto Político Pedagógico como forma de ampliar esse atendimento.

Conforme dispõe a Resolução CNE/CEB nº 4/2009, art. 10º, o Projeto Político Pedagógico - PPP da escola de ensino regular deve institucionalizar a oferta do AEE, prevendo na sua organização:

I - Sala de recursos multifuncionais: espaço físico, mobiliários, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos;

II - Matrícula no AEE de estudantes matriculados no ensino regular da própria escola ou de outra escola;

III - Cronograma de atendimento aos estudantes;

IV - Plano do AEE: identificação das necessidades educacionais específicas dos estudantes, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas;

V - Professores para o exercício do AEE;

VI - Outros profissionais da educação: tradutor intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuem no apoio, principalmente nas atividades de alimentação, higiene e locomoção;

VII - Redes de apoio no âmbito da atuação profissional, da formação, do desenvolvimento da pesquisa, do acesso a recursos, serviços e equipamentos, entre outros que maximizem o AEE. (MEC, 2012. P. 8)

O atendimento educacional especializado deve acontecer preferencialmente na mesma unidade de ensino, no entanto em alguns casos a escola não possui quantitativo suficiente de alunos para que seja disponibilizados espaço e professor da sala de recursos e com isso os alunos são encaminhados para escolas mais próximas que possuam vaga na sala multifuncional e tenha acesso a esse atendimento.

Vale ressaltar que tudo deve estar contido no documento norteador do trabalho pedagógico o PPP (Projeto Político Pedagógico), este instrumento vem sendo uma importante ferramenta para construção da busca pela melhoria da qualidade do ensino público no país, ele demonstra a intenção do que temos que fazer para efetivar esse melhoria da qualidade do ensino como também de realizar as ações propostas nos levando para adiante baseando-se no que já se tem no contexto escolar e procurando melhorá-lo e amplia-lo.

Para tanto o PPP vai além de um mero agrupamento de planos de ensino e de atividades propostas, na verdade ele é uma ação intencional com um sentido explícito e principalmente com um compromisso firmado coletivamente por todos inseridos no contexto escolar e como unidade de ensino que visa uma educação emancipadora e inclusiva tem suas propostas contidas neste documento e as executa.

### **2.2.1 Estrutura das salas de recursos com ênfase no atendimento educacional especializado na Secretaria de Educação do Distrito Federal**

O atendimento educacional especializado oferecido e realizado nas salas de recursos é definido na LDB/96 e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Básica (CNE/CEB, 2001) a mesma ressalta que esse serviço especializado possui natureza pedagógica que deverá ser desenvolvido por profissionais especializados como forma de suplementar as atividades curriculares desenvolvidas nas classes comuns permeando todas as etapas da educação básica sendo esse oferecimento de caráter obrigatório.

A organização funcional das salas de recursos da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal obedece a dois modelos básicos: salas de recursos generalistas e salas de recursos específicas. Nas salas generalistas, são atendidos, individualmente ou em grupos, estudantes com deficiência intelectual/mental, deficiência física, deficiência múltipla e transtorno global do desenvolvimento. Os tipos de salas de

recursos específicas são três: sala de recursos para deficientes auditivos, sala de recursos para deficientes visuais e para estudantes com altas habilidades/superdotação. (SEDF, 2010. P.77)

Para que esse trabalho seja desenvolvido nos espaços escolares é necessário que sejam observados aspectos legais constantes nas diretrizes e orientações pedagógicas como também adequações ao espaço físico e o professor deverá ter formação específica para cada tipo de atendimento.

Com o propósito de orientar este trabalho pedagógico as Orientações Pedagógicas Educação especial, 2010 trazem especificações de cada sala de recursos.

**Sala de recursos específica para atendimento ao estudante deficiente auditivo e surdocego:**

Atividades desenvolvidas:

- Complementar os estudos referentes aos conhecimentos construídos nas classes comuns e nas classes bilíngues do ensino regular.
- Promover o aprendizado da Libras para o estudante que optar pelo seu uso ou da comunicação alternativa no caso do surdocego.
- Utilizar tecnologias da informação e da comunicação para a aprendizagem da Libras e da língua portuguesa;
- Desenvolver o trabalho pedagógico, na perspectiva bilíngue onde a língua de sinais é língua de instrução;
- Promover a aprendizagem da Língua Portuguesa na modalidade escrita, como segunda língua, para estudantes surdos, de forma instrumental, dialógica e de conversação.
- Produzir materiais pedagógicos a fim de promover a educação bilíngue (Libras- Língua Portuguesa – Libras). (P.82)

**Sala de recursos específica para estudante com deficiência visual:**

Algumas atividades desenvolvidas:

- Promover e apoiar a alfabetização e o aprendizado pelo sistema Braille;
- Realizar a transcrição de materiais, Braille/tinta, tinta/Braille, e produzir gravação sonora de textos;
- Realizar a transcrição de gráficos, mapas, tabelas e outros materiais didáticos para uso de estudantes cegos;
- Promover a utilização de recursos ópticos (lupas manuais e eletrônicas) e não ópticos (cadernos de pauta ampliada, iluminação, lápis e canetas adequadas);
- Adaptar material em caracteres ampliados para uso de estudantes com baixa visão, além de disponibilizar outros materiais didáticos;

- Desenvolver técnicas e vivências de orientação e de mobilidade e atividades da vida diária para autonomia e para independência;
- Promover a competência do estudante para uso do sorobã;
- Promover adequações necessárias para o uso de tecnologias de informação e comunicação. (P.84-85).

#### **Sala de recursos específica para altas habilidades/superdotação**

Não difere, em espaço físico, de uma sala de aula comum, porém, deve ser equipada com recursos mínimos que possibilitem a realização das atividades de investigação, bem como a construção de protótipos relativos às pesquisas realizadas, seja na área acadêmica ou na área de talento artístico. O estudante realiza atividades de enriquecimento, uma vez por semana, em horário alternativo ao da escola regular. Tem caráter transitório considerando que o professor em sua atribuição de tutoria, deve oportunizar o acesso do estudante a experiências, materiais e informações que extrapolem o espaço educacional possibilitando, assim, o desenvolvimento do seu potencial a níveis cada vez mais elevados. (P.86-87).

Esses serviços contam como relatado com uma estrutura específica para atender as diferentes deficiências e síndromes, para tanto deve-se ressaltar que os professores também fazem parte desta explanação do trabalho pedagógico realizado. Os professores podem ser primeiramente itinerantes que de acordo com as Orientações pedagógicas, 2010, pág.92 “O professor itinerante terá sua lotação na instituição educacional com sala de recurso mais próxima à área de abrangência de sua atuação – denominadas sala de recursos pólos”. Esse profissional irá de encontro ao aluno e lhe proporcionará um atendimento conforme suas necessidades.

Temos também os professores de sala de recursos generalistas que de acordo com as Orientações (2010) “destina-se ao atendimento educacional especializado dos estudantes com deficiência intelectual/mental, deficiência física, deficiência múltipla e transtorno global do desenvolvimento”, compreendemos para tanto que o generalista vai contemplar várias necessidades de forma abrangente. As demais salas contam com o trabalho de profissionais com formações específicas como é o caso das salas que atendem alunos com deficiências visuais, auditivas e altas habilidades/superdotação.

Por fim falaremos dos Centros de Ensino Especial que te suas estruturas amparadas pela lei Distrital nº 3.214/2013.

De acordo com seu art. 1º, § 4º, os atendimentos em estruturas especializadas ocorrerão nos casos nos quais “se demonstre que a educação nas classes comuns não pode satisfazer às necessidades educativas ou sociais da criança ou quando necessário para o seu bem-estar”. Desse modo, fica a rede pública de ensino autorizada a manter instituições educacionais especiais para atendimento em casos excepcionais, caso o procedimento seja o mais recomendado. (SEDF, 2010. P. 95)

Como podemos observar a estrutura da SEDF possui várias formas para proporcionar um atendimento educacional especializado à todas as crianças com necessidades educacionais especiais desde o nascimento para isso existe um programa de educação precoce que atende as crianças desde o nascimento com caráter preventivo.

O programa de Educação precoce refere-se a um conjunto de ações educacionais voltadas a proporcionar à criança experiências significativas, a partir de seu nascimento, e que promovam o desenvolvimento máximo de seu potencial. Destina-se a crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos e 11(onze) meses que apresentem atraso no desenvolvimento e que encontrem-se em situações de risco, de prematuridade, com diagnóstico de deficiências ou com potencial de precocidade para altas habilidades/superdotação. (SEDF, 2010, p.103)

As classes hospitalares os professores vão de encontro aos alunos que estão impedidos de frequentar a escola regular devido a fragilidade de sua saúde de acordo com as orientações pedagógicas, 2010, pág.127 “Os professores atuam como elo entre instituição educacional e o estudante, e mantém contato com a instituição educacional na qual está matriculado”. Este atendimento geralmente acontece em grupo seja em salas destinadas para esta finalidade ou até mesmo no leito para aqueles que não conseguem se locomover. A meta é proporcionar uma contribuição para que esses alunos sejam reintegrados à escola que pertence, levando-se em conta que os conteúdos a serem explorados estão presentes no currículo na educação básica do DF.



O atendimento domiciliar também é previsto, por meio de atendimento especializado na residência do estudante impossibilitado de participar das aulas devido a tratamentos de saúde que demandem um longo período de permanência em casa e as estratégias para esse atendimento serão propostos em conjunto professores e família.

### **2.2.2 Escola inclusiva: Adequações curriculares e atendimento educacional especializado em nome da igualdade no processo de ensino e aprendizagem**

A escola inclusiva deve estar pautada no oferecimento de uma educação de qualidade valorizando as diferenças e proporcionando um processo de aprendizagem significativo por meio de atividades direcionadas e adaptadas e com isso promover um melhor atendimento e com isso garantir o acesso à uma escola para todos.

Queremos, sim, uma escola para todos, com todos, mas uma escola que além da presença física assegure e garanta aprendizagem e participação. A proposta de educação inclusiva, entendida como uma inovação que garanta o direito à educação de todos é, de fato, desafiante, implica inúmeras ações para sua efetivação e abre algumas perspectivas à educação escolar. (CARVALHO, 2010. P.61)

O planejamento é de fundamental importância para que as ações pedagógicas que venham a ser executadas em sala de aula não sejam estanques e fora da realidade dos alunos, por isso o planejamento dá a oportunidade do replanejar e assim verificar o que pode ser mudado e adaptado e com isso se torna flexível, dando ao professor a oportunidade de reavaliar seu trabalho pedagógico.

A adequação dos conteúdos favorece não somente os alunos com necessidades educacionais como também toda a turma e com isso promova uma integração de conteúdos e favorece o entrosamento da turma incentivando uma imensa troca de experiências entre alunos e professores.

Agora tratando da adequação de conteúdos daqueles alunos diagnosticados com síndromes que comprometem severamente o cognitivo é necessário um estudo aprofundado e propor um currículo adaptado para suprir as reais necessidades dos alunos.

(No desenvolvimento estratégico da ação de ensinar, é necessário que o professor realize diferentes operações (Roldão, 2009): i) análise dos objetivos, relacionando-os com as características, dificuldades e interesses dos alunos; ii) integração das aprendizagens novas nas aprendizagens já realizadas e nas experiências anteriores dos alunos; iii) colocação de hipóteses sobre as formas de organizar as estratégias; iv) seleção das estratégias e atividades didáticas, tendo em vista o sucesso dos alunos; v) organização das atividades e tarefas no tempo e no espaço, tendo em conta os intervenientes e os recursos; vi) decisão sobre o desenvolvimento das estratégias gerais e específicas mais adequadas. (LEITE e SILVA, 2015. P. 50).

As atividades didáticas devem, portanto ser direcionadas e adaptadas levando em consideração as reais necessidades dos alunos como forma de promover a inclusão.

A secretaria de educação do Distrito Federal tem buscado propor esse atendimento especializado seja por meio das adaptações curriculares ou por outras formas disponibilizadas nas escolas regulares ou centros de ensino especiais sendo que os formulários ficam disponíveis tanto nas escolas quanto no site da SEDF/2015 - <http://www.se.df.gov.br/component/content/article/255-educacao-no-df/456-educacao-especial-formularios.html>. Acesso 18/09/2015

Elencados da seguinte maneira:

- ✓ Formulário de Registro Semestral das Adequações Curriculares - Etapas e Modalidades da Educação Básica;
- ✓ Formulário de Registro Anual do Plano de AEE;
- ✓ Formulário do Relatório Descritivo Semestral de Acompanhamento do Estudante;
- ✓ Ficha de Indicação do Estudante;
- ✓ Ficha de Inscrição no Atendimento Educacional Especializado ao Estudante com Altas Habilidades/Superdotação;
- ✓ Questionário para a Família/Diagnóstico Inicial;
- ✓ Relatório de Avaliação em Altas Habilidades/Superdotação
- ✓ Acompanhamento do Estudante com Altas Habilidades/Superdotação no Ensino Regular;

- ✓ Relatório Anual de Acompanhamento de Estudante na Sala de Recursos;
- ✓ Relatório de Visitas do Professor Itinerante;
- ✓ Formulário de Registro do Plano de Atendimento Complementar/Interdisciplinar Semestral;
- ✓ Formulário de Registro Anual do Plano de Atendimento de Oficinas Pedagógicas Sócioprofissionalizantes;
- ✓ Avaliação Pedagógica - Programa de Educação Precoce;
- ✓ Ficha de Avaliação Funcional - Educação Física Programa de Educação Precoce;
- ✓ Programa de Atendimento Educacional Especializado às Crianças de 0 a 3 anos;
- ✓ Formulário de Registro do Plano Pedagógico Individual Anual – Outras Deficiências;
- ✓ Planejamento Pedagógico Individual Anual – TGD;

Como podemos observar existe no Distrito Federal uma série de encaminhamentos e registros para que essa observação seja realizada pelas equipes de atendimentos e os professores regentes em classes especiais, salas de recursos e turmas de integração inversa.

Voltando a ênfase nas adequações curriculares como citado anteriormente o formulário dessas adequações ficam disponíveis de maneira a facilitar o planejamento pedagógico.

O Formulário de Registro das Adequações visa descrever a organização dos conteúdos, os objetivos para as aprendizagens, as estratégias metodológicas e de avaliação para as aprendizagens, destinado aos estudantes da Educação Especial que estão inclusos em Unidades Escolares de Ensino Regular.

As adequações curriculares constituem como possibilidades educacionais, frente às dificuldades de aprendizagem dos estudantes. Pressupõem que se realize a adequação do currículo regular para torná-lo apropriado às peculiaridades dos estudantes com necessidades educacionais especiais. Um currículo dinâmico, alterável, passível de ampliação, para que atenda realmente a todo esse público. As respostas a essas necessidades devem estar previstas e respaldadas no projeto pedagógico da escola, não por meio de um currículo novo, mas da adequação progressiva do currículo implementado no ensino regular, buscando garantir que os estudantes com necessidades educacionais especiais participem da programação geral da escola, igual a qualquer outro estudante, entretanto, considerando as especificidades que as suas necessidades possam requerer (MEC/SEESP, 2003 Apud SEDF-FORMULÁRIO DE REGISTRO SEMESTRAL DAS ADEQUAÇÕES CURRICULARES ETAPAS E MODALIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA).

Valorizar as especificidades de cada aluno é importante e podemos observar que é necessário um novo currículo e também uma adaptação que vai acontecer gradualmente e dessa maneira o aluno com necessidades educacionais especiais poderá participar das propostas da escola de maneira geral. Temos que ressaltar que para isso é importante ter em mãos material pedagógico adequado, espaço físico e social também adequado para fornecer subsídios para a eficácia do processo de ensino e aprendizagem.

A SEDF nos últimos anos tem criado políticas públicas para ampliar o acesso e permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas públicas, no entanto sabemos que esses recursos propostos na maioria das vezes são precários e não estão disponíveis em todas as escolas do DF, faltam profissionais e recursos materiais para as salas de aula e as salas de recursos multifuncionais.

Nessa perspectiva, as adequações curriculares são compreendidas como medidas pedagógicas que se destinam ao atendimento dos estudantes com necessidades educacionais especiais de modo a favorecer a sua escolarização. Reitera-se que o currículo regular é tomado como referência básica e, a partir dele, são adotadas formas progressivas para adequá-lo, a fim de nortear a organização do trabalho de acordo com as necessidades do estudante. Essas adequações curriculares correspondem ao conjunto de modificações nos elementos físicos e materiais do ensino, bem como aos recursos pessoais do professor e ao seu preparo para trabalhar com os estudantes. Essas adequações são definidas como alterações ou recursos especiais, materiais ou de comunicação voltados a facilitar a aplicação do currículo escolar de forma mais compatível com as características específicas do estudante. (SEDF, 2010. P. 39).

Se todas as propostas realmente fossem colocadas em prática teríamos uma escola pública com qualidade, porém muitos fatores deixam a escola limitada, como por exemplo, recursos financeiros, as escolas em meio às dificuldades tem buscado superar as limitações e oferecer o mínimo de atendimento, embora que precário e assim promover a inclusão no espaço escolar assim afirma Ferreira e Guimarães (2003, pág.116) “O movimento da inclusão de crianças com deficiência no ensino regular tem sido impulsionado

após a reforma geral da educação, visando à reestruturação da escola para todos os alunos”, portanto a escola é o principal meio de inserção na sociedade promovendo espaço de criação e aperfeiçoamento de ideias, ou seja, o processo de aprender a aprender, tendo os professores devidamente capacitados dessa forma transformando suas práticas educativas.

Na escola inclusiva deve haver planejamento individualizado e suporte psicoeducacional para o desenvolvimento de cada educando. Desta forma, ao invés de o aluno ir à sala de recursos, a sala de recursos é que vai até ele, em sua classe regular. (CAPUTO e GUIMARÃES, 2003, p. 118).

Em síntese o atendimento educacional especializado na rede pública de ensino do Distrito Federal acontece dentro da escola seja com a classe especial na qual a turma é reduzida e possui todos os alunos com diagnóstico, turmas com alunos DMU (deficiências múltiplas) ou TGD (transtorno global do desenvolvimento) inseridos em turmas de no máximo três alunos e por fim a turma de integração inversa que na prática é composta de até três alunos especiais e o restante 1/3 “normais” podendo a turma chegar ao máximo de 18 alunos.

As adequações consideradas “muito significativas” modificam substancialmente o planejamento geral aplicado à turma. Consistem, portanto, em modificações substanciais do currículo geral e implica em avaliação rigorosa e especializada do estudante e do contexto de aprendizagem (...) com relação às especificidades das adequações curriculares, é necessário atentar-se às habilidades adaptativas e à funcionalidade do estudante, a fim de definir quais aspectos necessitam sofrer alterações, de quais formas e com qual intensidade devem ser estabelecidas (SEDF, 2010. P. 41)

A escola na maioria das vezes tem um enorme interesse em implantar as salas de recursos e ter em mãos materiais diversos para atender às reais necessidades dos alunos, no entanto as escolas dependem de verbas dos governos federal e distrital e muitas recebem de maneira escassa ou não recebem totalmente e com isso o trabalho pedagógico proposto no PPP fica prejudicado e quem sofre como sabemos são os alunos. A escola enquanto

espaço de aprendizagem pensa na educação especial como um avanço em incluir e dar direito à todos a educação de qualidade, para tanto, é necessário recursos advindos do estado, a escola não sobrevive sozinha é de fundamental importância o apoio de todos, principalmente das autoridades competentes.

Ampliando o assunto com o propósito de reconhecer a importância desse importante recurso pedagógico podemos compreender que as adequações curriculares possuem peculiaridades, ou seja, naturezas diferenciadas, parafraseando as orientações pedagógicas, 2010 ressalta-se que os professores antes de propor uma adequação curricular deve inteirar-se das reais necessidades educacionais de cada estudante que será atendido, priorizar suas potencialidades e compreender suas dificuldades em decorrência da deficiência que possui e isso o norte para que as adequações nos conteúdos sejam pontuais nos métodos, recursos, nas avaliações e verificando se o tempo de aprendizagem está sendo respeitado e dessa maneira possa acontecer o processo de ensino e aprendizagem de maneira eficaz verificando quando e como esse educando aprende, dessa maneira amplia-se a facilidade de organização do tempo e espaço para a aprendizagem.

Ainda de acordo com as orientações pedagógicas, 2010. As adequações curriculares nos elementos do currículo podem ser:

- Organizativas: englobam agrupamento de estudantes; disposição das cadeiras e carteiras em sala de aula; organização didática da aula, envolvendo trabalhos em grupos e oficinas; organização temporal (ordem de apresentação dos conteúdos dos objetivos, etc.) e os materiais didáticos a serem utilizados.
- Objetivos e conteúdos: definem a prioridade de certas áreas e conteúdos, de acordo com critérios de sua funcionalidade; inserção ou eliminação de conteúdos de acordo com as necessidades do estudante, sequência gradativa de conteúdos: do mais simples ao mais complexo...
- Avaliativas: consistem na seleção de técnicas e de instrumentos, de acordo com a identificação das necessidades educacionais especiais dos estudantes, respeitando as diferenças individuais. Também deve ser realizada uma seleção de diferentes ajudas a fim de que ele consiga realizar suas tarefas independentemente.
- Procedimentos Didáticos e Atividades de Ensino – Aprendizagem: referem-se à seleção e à adaptação de métodos; à apresentação de atividades previamente ao

estudante com necessidades educacionais especiais antes de propor a atividade aos demais estudantes; às atividades complementares e/ou alternativas; aos recursos de apoio; à alteração dos níveis de complexidade da tarefa; à seleção e adaptação de material; à disponibilização de tempo flexível, tanto no que se refere à duração, quanto ao período das atividades propostas. (SEDF, 2010. P. 46)

Portanto falar em adequação curricular é compreender que os educandos necessitam de tempo e espaço para construção do aprendizado por meio de recursos pedagógicos específicos e assim favorecendo a acessibilidade e oferecendo de acordo com a LDB/96 condições de acesso e permanência na escola e a reciprocidade entre professor e educando. A sala de aula é um ambiente propício a favorecer múltiplas aprendizagens por isso as legislações, referenciais e orientações propõem que esse ambiente escolar esteja preparado para receber a todos que necessitem do espaço físico como rampas, banheiros adaptados de maneira que venha promover mobilidade.

Também é importante que este espaço escolar possibilite meios de comunicação eficientes para que possa ocorrer compreensão diante da comunicação como também da expressão seja da fala quanto da escrita, tudo isso como forma de efetivar a inclusão no espaço escolar.

### **2.3 A formação do professor atuante na sala de recursos, classes especiais, turmas de integração inversa e centros de ensino especial e a participação do coordenador pedagógico para a promoção da educação especializada.**

A formação continuada tem assumido posição de destaque atualmente nos debates educacionais, sabendo também que a sociedade espera da escola mais que transmissão de conhecimentos. Para tanto buscar a atualização profissional em cursos, seminários, congressos entre outros é indispensável, no entanto, não é suficiente no que diz respeito ao exercício da

docência comprometida com uma organização nova do trabalho escolar fazendo articulação entre teoria e prática.

Para que essa formação continuada aconteça de fato surge a necessidade de compreender de uma maneira melhor o espaço da coordenação pedagógica, espaço esse no qual o professor pode construir, implementar e avaliar o PPP para que dessa forma o trabalho educativo possa ser transformado visando a formação de cidadãos críticos e criativos.

O processo de formação docente centrado na escola tem como pressuposto o fato de ser o professor quem melhor conhece a sua realidade com as problemáticas e questões que emergem no seu contexto de trabalho. Problemáticas e questões que devem ser refletidas pelo coletivo de professores no espaço concreto de coordenação pedagógica com vistas à superação de um trabalho pedagógico pautado em concepções e práticas reiterativas, vislumbrando a construção de um projeto que contribua de fato para a organização e transformação do trabalho escolar, repercutindo na qualidade da educação pública. (SILVA, 2007. p. 2)

Conforme Silva, 2007. P.8 essa formação dos professores no espaço escolar tem sido muito discutida nos ambientes escolares acontece pela necessidade de buscar por novos conhecimentos para que os alunos recebam um atendimento da melhor maneira possível, por isso as autoridades competentes visando essa mudança de paradigma tem oferecido cursos de formação continuada nas escolas de aperfeiçoamento, no caso de Brasília a EAPE (Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação) . Lembrando que essas discussões também tem sido frequentes nas coordenações coletivas das escolas, o que tem favorecido a ampliação dos conhecimentos acerca da educação especial.

Voltando o olhar para a educação especial ressalta-se a importância da formação continuada, de acordo com o documento orientador programa de implantação de salas de recursos multifuncionais mostra a importância da habilitação específica para atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Conforme Resolução CNE/CEB n.4/2009, art. 12, para atuar no atendimento educacional especializado, o professor deve ter



formação inicial que o habilite para exercício da docência e formação continuada na educação especial. O professor do AEE tem como função realizar esse atendimento de forma complementar ou suplementar à escolarização, considerando as habilidades e as necessidades educacionais específicas dos estudantes público alvo da educação especial. (MEC. 2012 p.8)

Compreendemos que existem diagnósticos diversos e que os professores devem estar preparados para adequar as atividades e recursos necessários que venham proporcionar que o processo de ensino e aprendizagem seja efetivado nas escolas. Cada criança possui suas especificidades e esse atendimento irá proporcionar um crescimento significativo e concreto.

As atribuições do professor de AEE contemplam:

- Elaboração, execução e avaliação do plano de AEE do estudante;
- Definição do cronograma e das atividades do atendimento do estudante;
- Organização de estratégias pedagógicas e identificação e produção de recursos acessíveis;
- Ensino e desenvolvimento das atividades próprias do AEE, tais como: Libras, Braille, orientação e mobilidade, Língua Portuguesa para alunos surdos; informática acessível; Comunicação Alternativa e Aumentativa - CAA, atividades de desenvolvimento das habilidades mentais superiores e atividades de enriquecimento curricular;
- Acompanhamento da funcionalidade e usabilidade dos recursos de tecnologia assistiva na sala de aula comum e demais ambientes escolares;
- Articulação com os professores das classes comuns, nas diferentes etapas e modalidades de ensino;
- Orientação aos professores do ensino regular e às famílias sobre a aplicabilidade e funcionalidade dos recursos utilizados pelo estudante;
- Interface com as áreas da saúde, assistência, trabalho e outras. (MEC, 2012. p. 8-9).

O atendimento educacional especializado realizado pelo professor da sala de recursos leva em conta a formação continuada para priorizar o que é proposto em lei. Pode-se ressaltar que os professores necessitam dessa formação para assegurar a garantia de direitos adquiridos pelos alunos ao longo do tempo mediante lutas e conseguintes conquistas.

Para compreendermos esse atendimento por parte do professor buscamos base na legislação, de acordo com o DECRETO N° 22.912, DE 25 DE ABRIL DE 2002 que enfatiza:

Art. 2º - O atendimento educacional especializado deve constar do acompanhamento ofertado por equipe multidisciplinar, de acordo com a deficiência apresentada, podendo ocorrer de diferentes formas:

I - Classes Especiais, cuja organização se fundamenta no Capítulo I I da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para atendimento, em caráter transitório, a alunos que apresentem dificuldades acentuadas de aprendizagem ou condições de comunicação e sinalização diferenciados dos demais alunos, e demandem ajudas e apoios intensos e contínuos.

II - Classes de Integração Inversa, cuja constituição obedeça à proporção de 1/3 de alunos normais, nas áreas de Deficiência Mental, Deficiência Auditiva, Deficiência Física e Condutas Típicas de Síndromes.

III - Salas de Recursos Materiais, que dispõe de serviço de apoio pedagógico especializado, onde o professor realiza a complementação ou suplementação curricular, utilizando procedimentos, equipamentos e materiais específicos.

IV - Salas de Apoio que, primando pelo atendimento aos alunos para assegurar as condições necessárias para oferecer educação de qualidade, devem prever e prover na organização de suas classes:

- a) Professores capacitados para atendimento de alunos deficientes;
- b) Flexibilização e adaptação curricular; metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados, processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos alunos;
- c) Serviço de Apoio Pedagógico especializado, realizado nas classes comuns, mediante atuação colaborativa entre o professor especializado da sala de apoio e o regente é atuação de professores intérpretes das linguagens e códigos aplicáveis (língua de sinais e sistema Braille).

O trabalho pedagógico seja nas classes especiais, salas de recursos e turmas de integração inversa necessitam não somente da formação específica como também de afinidade e gostar de trabalhar com alunos especiais para com isso não rotulá-los ou excluí-los para Furtado, 2009 o professor tem “a tarefa básica de mediador do processo de construção do conhecimento do aluno, o que requer, como pré-requisito fundamental, por mais óbvio que pareça saber construir seu próprio conhecimento”. (P.92).

O conhecimento prévio acerca das diversas síndromes proporciona ao educador um melhor atendimento aos alunos, por isso a formação continuada é importante dando ênfase uma relação pedagógica de ensino e aprendizagem.

Assim também, na relação pedagógica, podemos inverter a ordem do que ensinar e aprender. O professor não tem que apenas ensinar, mas pode aprender e o aluno, ao aprender, vai igualmente ensinar. O processo é “aprender a aprender”. Aprender a aprender exige a disponibilidade de cada parte na relação de aprendizagem e, principalmente, despir-se de um papel que pode estar mais cristalizado do que cada percebe. (MACUCH e SILVA, 2009. p.76).

Essa reciprocidade de ensinar e aprender beneficia tanto o professor quanto os alunos e a formação continuada dos professores incentiva a busca por novas pesquisas na área de educação especial e com isso a melhoria da qualidade do ensino oferecido nas escolas públicas. O professor regente em classes especiais, salas de recursos e turmas de integração inversa necessitam necessariamente estar constantemente em aperfeiçoamento, pois a medicina tem avançado e cada vez mais surgem novos diagnósticos e com eles novos desafios para propiciar o melhor atendimento especializado.

Ser educador não é apenas entrar em sala de aula, também é romper com paradigmas impostos e pela sociedade excludente que traz resquícios até os dias atuais, para que esse quadro mude é primordial que essa política educacional inclusiva seja cada vez mais ampliada e divulgada para que novas pesquisas acerca do tema sejam construídas, dessa forma os professores estarão em constante formação e a bibliografia sobre educação especial ampliada.

A formação continuada do professor deve ser um compromisso dos sistemas de ensino comprometidos com a qualidade do ensino que, nessa perspectiva, devem assegurar que sejam aptos a elaborar e a implantar novas propostas e práticas de ensino para responder às características de seus alunos, incluindo aquelas evidenciadas pelos alunos com necessidades educacionais especiais. (MANTOAN e PRIETO, 2006. P. 57).

É importante que se compreenda a real função do educador na educação especial antes de tudo ele tem que possuir um perfil para esta função o educador que não goste ou que não tenha paciência dificilmente irá adquirir bons resultados no processo de ensino e aprendizagem dos alunos. O trabalho pedagógico na educação especial demanda esforço e não é fácil, por isso que a formação continuada é de extrema importância para que o educador saiba lidar com as diversas situações cotidianas que demandem conhecimentos específicos e com isso as competências profissionais são construídas diariamente em seu fazer pedagógico.

O coordenador exerce uma função primordial na escola, este espaço que muitas vezes fica repleto de incertezas e complexidades. O professor atuante em turmas que atendem alunos com necessidades educacionais especiais necessita de apoio e intervenções pontuais para enriquecer o trabalho pedagógico e neste cenário a figura e o papel do coordenador pedagógico se faz necessário, pois o mesmo contribui para reconhecer as necessidades da turma e propõe trabalhos diferenciados em consonância com o PPP para o professor que muitas vezes se vê confuso.

A função de coordenador pedagógico permite notar no cotidiano escolar que a organização do trabalho pedagógico é essencial, devendo, assim, ser bem planejada e estruturada. Desse modo, há de se compreender que o cotidiano da escola deve ser organizado em função da aprendizagem e do sucesso escolar dos discentes, os quais dependerão de diferentes estratégias metodológicas planejadas e executadas. Estas devem estar em consonância com os pressupostos filosóficos e metodológicos definidos coletivamente no PPP, cuja elaboração deve ser sistematizada pelo Coordenador pedagógico. (SOARES, 2012, p. 2)

O coordenador pedagógico como mediador contribui para o planejamento coletivo de atividades direcionadas e dessa forma organizando e contribuindo para o sucesso escolar. O trabalho pedagógico com alunos portadores de necessidades educacionais especiais não é fácil, para tanto é necessária a participação de todos e é nesse momento que o coordenador exerce seu papel e contribui para o processo de ensino e aprendizagem e o

professor regente se sente mais encorajado a realizar atividades pontuais diferenciadas, além de contribuir para encaminhar outros alunos que possivelmente venham a ser diagnosticados e isso é favorável e importante para que o atendimento educacional especializado seja disponibilizado à todos inseridos no contexto escolar que dele necessitem.

### 3 METODOLOGIA

O presente estudo tem como abordagem a pesquisa qualitativa que conforme Marconi e Lakatos, 2001 compreende o processo de coleta e análise de dados de maneira a ampliar os conhecimentos a cerca do atendimento educacional especializado dando ênfase à pesquisa de campo. A escolha por esta abordagem de pesquisa se deu pelo fato de proporcionar um estudo breve e individual chegando dessa forma a uma abordagem qualitativa.

Portanto, a escolha da metodologia a ser utilizada foi de fundamental importância e se baseará na análise dos dados que serão obtidos na pesquisa de campo como dito anteriormente de maneira qualitativa que por sua vez não busca quantificar dados e sim buscar um aprofundamento dos mesmos na pesquisa de campo e com isso realiza análise crítica do que foi discutido ao longo da pesquisa bibliográfica de maneira prática e também qualitativa.

Para Portela, 2004 a pesquisa de campo poderá proporcionar subsídios para que as questões evidenciadas no referencial teórico sejam reafirmadas, levando-se em conta a qualidade dos dados que serão obtidos por meio da pesquisa participante como forma de verificar como acontece o atendimento educacional especializado na escola pública de Taguatinga Criança Feliz.

A escolha dos sujeitos desta pesquisa se deu pelo fato da inserção em sala de aula e a realização de um trabalho pedagógico diretamente com alunos com necessidades educacionais especiais, portanto contaremos com a colaboração de 4 professoras que atendem alunos com necessidades especiais em turmas regulares 2 coordenadoras e 1 orientadora educacional. O instrumento para coleta das informações foi o questionário composto por perguntas abertas e fechadas, sendo oito fechadas e sete abertas.

A escolha pelo questionário se deu pelo fato da pretensão de uma coleta de dados rápida e objetiva, de maneira que os pesquisados por este instrumento se sintam a vontade em respondê-lo, pois não há a necessidade de identificar-se, sabemos também que responder questionários exclusivamente composto por questões abertas e fechadas facilita a

compreensão de quem está lendo e as questões pontuais sobre o tema abordado fazem parte do dia a dia em sala de aula tornando este instrumento uma forma de reflexão acerca do trabalho pedagógico realizado em diariamente.

O questionário foi aplicado no mês de outubro de 2015 e o número de professores pesquisados diminuiu devido a greve no DF, no entanto não prejudicou o andamento da pesquisa, pois alguns não aderiram a greve e dessa forma a pesquisa foi realizada. . A princípio houve uma dificuldade em compreender o trabalho pedagógico da instituição pesquisada por se tratar de um ano atípico em meio a conflitos e uma greve, os educadores sofrendo com a possibilidade da perda de direitos por parte do governo do estado do DF, contudo mesmo em meio as dificuldades a escola conseguiu e ainda consegue se adequar e com isso tentar propor uma educação de qualidade para os alunos como um todo.

### **3.1 Análises dos dados qualitativos**

A análise dos dados qualitativos se inicia caracterizando os sujeitos da pesquisa, esta análise se tornou necessária para compreender e conhecer os profissionais que atuam na educação especial com alunos com necessidades educacionais especiais inclusos em turmas regulares, para tanto os dados foram relacionados em tabelas para facilitar a compreensão, alguns questionamentos foram realizados tais como 1) faixa etária, 2) sexo, 3) Tempo de docência, 4) atuação e 5) formação acadêmica.

Analizando o quadro de caracterização dos sujeitos da pesquisa verificamos que foi observado um ponto positivo todas as pesquisadas possuem graduação e algumas especialização como também um significativo tempo de docência, entre 11 a 20 anos e acima de 20 anos, sabemos que ao se tratar de uma escola pública os professores tem um maior incentivo para formação continuada e com isso uma melhoria na qualidade do ensino. Verificou-se que a maioria das pesquisadas são do sexo feminino com idades entre 31 a 40 anos e 41 a 50 anos, e a maioria atuante na alfabetização.

Continuando a análise de dados temos o quadro 2 de levantamento de dados verificamos as respostas propostas no questionário - Questão 6- Possui algum curso na área de educação especial? Qual? E a resposta enfática dada pela maioria das pesquisadas foi “Não” e compreendemos que a formação continuada é algo imprescindível, pois através da mesma pode-se obter uma qualidade no ensino público. Neste quadro 2 de levantamento de dados que a maioria das pesquisadas responderam não possuir cursos de formação para atender alunos com necessidades educacionais especiais, nos traz um questionamento sobre o trabalho pedagógico realizado em sala de aula e as dificuldades enfrentadas por alunos e professores.

Em consequência a esta falta de formação observamos no quadro 3 – Levantamento de dados trazendo a questão 10 – Você se sente preparada (o) para atender alunos com necessidades educacionais especiais inseridos na escola regular? E observou-se que a maioria das pesquisadas não se sentem preparadas para atender alunos com necessidades especiais e com isso os objetivos propostos que se tratam da aprendizagem significativa ficam comprometidas. Observa-se que mesmo a rede pública de ensino oferecendo cursos de formação continuada muitos professores não buscam fazê-lo por motivos diversos e com isso o trabalho pedagógico fica prejudicado.

Penso que preparados nós não estamos, mas estudar sobre o tema, conhecer a lei, buscar ajuda com a equipe diretiva, pedagógica dentre outros se faz necessário. Dessa forma vamos construindo o caminho com mais segurança (COORDENADORA 1, fonte pesquisa de campo).

Estar preparado para atuar na educação especial não é uma tarefa fácil, portanto depende do interesse do educador para que possa ampliar os conhecimentos acerca das diversas síndromes existentes com ajuda da equipe diretiva, nos momentos de coordenação coletiva na escola.

Conhecer a diversidade de síndromes não é suficiente, sabemos que é necessário que a escola também esteja preparada nos espaços físicos e pedagógicos, para tanto uma questão foi proposta no quadro 4- Levantamento de dados com a questão 7 – O que você ou sua escola tem feito para promover a educação inclusiva? De acordo com as respostas obtidas verificou-se que a



maioria das professoras pesquisadas relatou o que poderia ser feito ou o que não é realizado, já a equipe pedagógica composta por orientadora educacional e coordenadoras mostrou-se mais específica no que diz respeito a promoção da educação inclusiva, para tanto pressupõe –se que a equipe pedagógica tenha um maior domínio deste tema para promovê-lo, visto que em comparação com o questionamento do quadro 2 a maioria das professoras não tem cursos de formação continuada na área da educação especial.

Continuando a análise compreende-se que o conhecimento acerca das legislações que embasam a educação especial no Brasil e no DF, pois possui uma legislação diferenciada, sabemos que o atendimento educacional especializado no DF tem peculiaridades diferentes o que muitas vezes não ocorre no restante do país, para tanto essas legislações devem ser analisadas não somente pelos professores atuantes na educação especial, como também por todos educadores visto que a cada dia cresce a promoção da inclusão de todos os alunos com necessidades educacionais especiais.

Analisando os quadros 5 e 6 de levantamento de dados verifica-se que quanto as legislações ainda existe um tímido conhecimento a respeito das Diretrizes curriculares Nacionais para a Educação especial e uma abrangência maior quanto ao Currículo em movimento devido a uma formação proposta nas coordenações coletivas no ano de 2013 pela SEDF. Visualizando os dois quadros conclui-se que se não é proposto pela escola os profissionais muitas vezes não se empenham em procurar conhecer as demais legislações que dão suporte ao atendimento educacional especializado.

As respostas das pesquisadas quanto aos questionamentos propostos nos quadros 5 e 6 referentes as questões 8 – você já teve acesso ou leu por iniciativa própria ou da instituição que trabalha as Diretrizes curriculares Nacionais para a Educação Especial? e 9 – Você tem conhecimento do Currículo em Movimento da Educação básica – Educação Especial? Ambas do questionário e com base nas respostas das pesquisadas verifica-se que existe um longo caminho quanto ao conhecimento das legislações existentes, pois as mesmas pelas respostas dadas não estão sendo discutidas na escola. Com base na fundamentação teórica a formação continuada tem assumido posição de destaque atualmente nos debates educacionais, sabendo também que a sociedade espera da escola mais que transmissão de conhecimentos, para

tanto buscar a atualização profissional em cursos, seminários, congressos entre outros é indispensável, no entanto, não é suficiente no que diz respeito ao exercício da docência comprometida com uma organização nova do trabalho escolar fazendo articulação entre teoria e prática e com isso haverá um conhecimento também acerca das legislações existentes para a Educação Especial.

Prosseguindo na análise dos dados coletados na pesquisa de campo visualizamos o quadro 7 – Levantamento de dados dando ênfase a questão 11 – Em sua escola como você descreve a participação do coordenador pedagógico na promoção do atendimento educacional especializado? Propondo este questionamento observamos uma reflexão sobre a participação do coordenador pedagógico na promoção do atendimento educacional especializado e observa-se que as respostas obtidas por parte da equipe pedagógica existe mais uma explicação do papel deste do que o que realmente ele faz no cotidiano escolar, no que diz respeito às professoras elas se sentem desamparadas pelo coordenador somente uma relatou que é atendida demonstrando uma insatisfação por parte dos docentes, verifica-se também que existe uma dualidade quanto a compreensão da participação do coordenador pedagógico, as professoras acreditam que existem falhas na atuação do coordenador relatando que ele não supre as reais necessidades das crianças e que o atendimento educacional não é realizado pelo coordenador, e de fato esse atendimento não incumbência dele, ele apenas auxilia neste quesito. Quanto a visão das coordenadoras verificou-se que ele tem feito seu papel, procurando fazer um elo entre os professores, os alunos, a família e o profissional responsável pelo atendimento.

Continuando a reflexão sobre a coordenação pedagógica e o planejamento o quadro 8 – Levantamento de dados com a questão 12 – As reflexões e tomada de decisões pedagógicas voltadas para alunos e alunas com necessidades educacionais especiais fazem parte do momento de planejamento coletivo e estudo de sua escola? De acordo com as respostas obtidas observa-se que o planejamento ocorre em momentos estanques ou simplesmente não ocorrem para tanto comparamos também as respostas das professoras e coordenadoras e concluímos que existe uma diferença ante o olhar para o planejamento para as coordenadoras acontece efetivamente e

para as professoras não e mais uma vez nos deparamos com visões distintas entre professoras e coordenadoras.

Ainda refletindo sobre planejamento coletivo e a participação do coordenador pedagógico temos o quadro 9 com a questão 14 do questionário que questiona sobre o PPP (Projeto Político Pedagógico) e projetos que privilegiam a inclusão dos alunos ANEES e a maioria das respostas enfatizam que sim o que demonstra que a instituição de ensino procura promover a inclusão desses alunos na escola principalmente pela resposta de uma das pesquisas que dá ênfase ao projeto valores que a orientadora educacional realiza com todas as crianças da escola e com isso atinge o processo de inclusão e aceitação dos alunos ANEES no meio escolar já as outras repostas mostram que nem todo o grupo visualiza e participa da construção desses projetos relatando que não tem conhecimento de nenhum projeto ou não conhece o PPP, portanto novamente ressalta-se o papel do coordenador pedagógico, direção e supervisão escolar nesse processo de construção do conhecimento de maneira a não deixar lacunas e o corpo docente venha participar conjuntamente da construção do Projeto Político Pedagógico para que ele não se torne apenas um livro impresso, sem significado.

O atendimento educacional especializado deve ser oferecido como forma de ampliar o processo de ensino e aprendizagem dos educandos com necessidades educacionais especiais. No quadro 10 – Levantamento de dados com a questão 13 – O atendimento educacional especializado (sala de recursos) contribui para a aprendizagem efetiva dos alunos ANEES e a estrutura adequada? Com base nas respostas obtidas pode-se visualizar que a escola não possui a sala de recursos para atendimento especializado aos alunos na própria instituição para tanto a maioria das pesquisadas respondeu Não, as que responderam sim se referiram a uma professora readaptada que atende os alunos com dificuldades de aprendizagem no horário de aula em uma espécie de reforço escolar, mas não é a sala de recursos. Por isso a maioria relatou que a sala não possui recursos materiais, pois ela não existe na instituição pesquisada e as professoras não tem contato com a sala de recursos da escola que atende os alunos da instituição pesquisada não considerando o atendimento e até mesmo o profissional atuante nela, pois não existe feedback desse atendimento. A sala de recursos multifuncional é

importante porque ela proporciona aos alunos atendidos a oportunidade de avançar no processo de ensino e aprendizagem, na verdade ela é uma importante ferramenta para mediar e auxiliar alunos com necessidades educacionais especiais e se ela não está acessível aos alunos torna-se necessário que se busque efetivar os direitos dos alunos que dela necessitam.

Para que a escola possa propor este atendimento, de acordo com as normas das Coordenações Regionais de Ensino ela depende de quantitativo de alunos com necessidades educacionais inclusos e com isso ela possa enviar uma solicitação para abertura da sala à Coordenação Regional de Ensino, portanto esse oferecimento da sala multifuncional depende de instâncias superiores, no caso a sede da SEDF.

Em consequência dessa falta da sala de recursos os profissionais ficam confusos no que diz respeito às adequações curriculares que são preenchidas por intermédio do professor da sala de recursos, no quadro 11 – Levantamento de dados que traz a questão 15- As adequações curriculares visam proporcionar a temporalidade e adequações de conteúdos aos alunos ANEES. Em sua opinião elas têm contribuído para o trabalho pedagógico em sua sala de aula? observa-se que existe uma confusão no entendimento do que realmente seja uma adequação curricular fica perceptível quando a professora 2 ressalta que ela desenvolve o que acredita ser melhor para o aluno e a professora 3 realiza a adequação sem nenhum auxílio por parte da gestão da escola e a professora 4 não realiza nenhuma adequação, as demais explicam sobre a importância da adequação mas não ressaltam o documento em si. Diante disto observa-se que a equipe não conhece o documento que é preenchido com o auxílio do professor da sala de recursos e isso se justifica pela falta deste profissional na instituição de ensino pesquisa. Portanto com base nas respostas obtidas as adequações não são preenchidas pelas professoras pesquisadas, visto que a adequação curricular é um documento preenchido conforme formulário oficial disponibilizado pela SEDF e como foi observado as pesquisadas desconhecem esse documento e se referem em suas respostas a seus planejamentos diários. A direção, SOE, professores e coordenação pedagógica ainda possuem dificuldades em articular o trabalho com a sala de recursos que atende a escola, mas vale ressaltar que a instituição pesquisada tem buscado aos poucos esse elo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação especial no Brasil no decorrer da história avançou significativamente e com isso os estados puderam propor a inclusão em suas unidades de ensino. Partindo deste pensamento a pesquisa surgiu e começou do todo para o específico verificando como acontece essa inclusão em uma escola pública do Distrito Federal. Pesquisar sobre a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais não foi uma tarefa fácil, pois mesmo em meio a tantos avanços o atendimento educacional especializado não tem sido suficiente porque as escolas ainda não possuem recursos materiais suficientes e falta muitas vezes incentivo por meio de políticas públicas para efetivar esse atendimento.

Percebeu-se durante a pesquisa que a instituição de ensino estudada encontra imensas dificuldades quanto a esse atendimento, não existe a sala de recursos e muito menos a figura do professor atuante nela, com isso os professores e a equipe pedagógica composta por coordenadoras e orientadora educacional não são orientadas para promover a inclusão e a instituição se encontra acuada por não conseguir este atendimento nas instâncias superiores e essa burocracia prejudica os alunos e alunas da escola pesquisada.

Os alunos desta unidade de ensino são encaminhados para escolas próximas que possuem salas de recursos e as mesmas não se comunicam com os educadores inviabilizando o feedback desse atendimento, vale ressaltar que não foi constatado preenchimento por parte dos professores da adequação curricular.

Quanto a participação do coordenador pedagógico ficaram evidenciadas duas visões a das professoras e a das coordenadoras e orientadora educacional, para a maioria das professoras a ação das coordenadoras não tem contribuído para o atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais, entendemos que a função do coordenador pedagógico não é somente essa e verifica-se que algumas professoras se mostraram confusas quanto a isso. Partindo do olhar da coordenação elas acreditam que participam efetivamente e contribuem na

medida do possível para o trabalho pedagógico, então encontramos duas visões ambíguas da atuação do coordenador vista por pontos de vista diferentes e de fato é isso que ocorre em muitas instituições de ensino.

Diante desse quadro conclui-se que o espaço escolar é diverso e complexo, ele não é composto apenas por professores e sim por um corpo docente e discente que se movimenta constantemente. Por isso, a proposta de um currículo que se movimenta e a partir desse movimento discussões acontecem e com isso surgem propostas que contemplem a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais e em consequência dessa inclusão surge a necessidade da formação continuada para fornecer subsídios para os educadores atuarem. Na instituição pesquisada ficou evidente que isso não ocorre a maioria das pesquisadas não possui cursos na área de educação especial.

Sabemos que o espaço de estudos na escola é muito importante e este também se evidencia para a formação continuada, em contrapartida a procura pela formação fora do espaço escolar deve partir do educador e se ele se deparar com alunos com necessidades educacionais especiais terá meios de propor um trabalho pedagógico que inclua esses alunos ao invés de excluí-los, mas esse desejo tem que partir do educador e a escola enquanto instituição pedagógica deve proporcionar esse espaço de formação com auxílio da supervisão e da coordenação pedagógica em consonância com a direção da escola.

A pesquisa obteve suas respostas às quais foram expostas no decorrer deste texto, os objetivos descritos que foram conhecer a participação do coordenador pedagógico para a promoção do atendimento educacional especializado, compreender como acontece o processo de ensino e aprendizagem desenvolvido com as crianças do ensino especial envolvendo o currículo e o espaço físico como também observar a influência do processo de formação continuada dos professores da educação inclusiva foram alcançados na medida em que as respostas foram ampliando o conhecimento acerca do atendimento educacional especializado e a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais na instituição de ensino pesquisada por meio do instrumento de coleta e análise de dados.

Os professores buscam mesmo em meio as dificuldades elaborar estratégias para atender aos alunos com necessidades educacionais especiais, preparando atividades diferenciadas, reforço escolar e projeto interventivo coo forma de atender a todos os alunos, em consonância a esse trabalho em sala de aula a coordenação pedagógica mesmo que precariamente busca formar um elo entre a direção e supervisão pedagógica na busca de realizar os projetos propostos pelo Projeto Político Pedagógico da escola. Uma das maiores contribuições para os alunos com necessidades educacionais especais é o SOE que tem realizado projetos preventivos de respeito as diferenças e inclusão nas diversas atividades realizadas na escola, sempre em conjunto com os professores e demais segmentos da escola. Os serviços de apoio SEAA (Serviço especializado de apoio a aprendizagem) e SAA (salas de apoio a aprendizagem) estão presentes em parte, como já foi dito anteriormente a escola não possui o SAA e o SEAA conta com uma pedagoga e uma psicóloga itinerantes que comparecem na escola uma vez por semana e as mesmas não conseguem suprir toda a demanda de atendimento aos alunos. Sabemos que ainda existe um longo caminho quando se pensa em perspectivas futuras, mas muito já foi feito, os alunos com necessidades educacionais especiais tem obtido a manutenção dos direitos quanto ao atendimento educacional especializado.

## APÊNDICE 1

### QUESTINÁRIO

Prezado (a) professor (a),

Sou aluna do curso de Especialização em Coordenação Pedagógica do Centro de Formação de Professores – CFORM/UNB e solicito sua colaboração para responder o questionário sobre o seguinte tema: “A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais e o atendimento educacional especializado”. Não é necessária sua identificação. Informo que haverá o anonimato dos participantes da pesquisa e da escola. Os dados coletados serão tratados de forma sigilosa e utilizados exclusivamente para a elaboração de uma pesquisa. Desde já agradeço a atenção e participação.

Atenciosamente,  
Tatiane de Oliveira Soares

1. Qual sua faixa etária?

- a) ( ) Menos de 20 anos      b) ( ) de 21 a 30 anos      c) ( ) de 31 a 40 anos  
d) ( ) de 41 a 50 anos      e) ( ) acima de 50 anos

2. Sexo

- a) ( ) feminino      b) ( ) masculino

3. Quanto tempo de docência você possui?

- a) ( ) menos de 2 anos      b) ( ) de 3 a 10 anos      c) ( ) de 11 a 20 anos      d) ( )  
acima de 21 anos

4. Atuação (Por favor escreva na linha ao lado o ano/ série que leciona):

- a) ( ) Educação Infantil: \_\_\_\_\_  
b) ( ) Anos Iniciais do Ensino Fundamental: \_\_\_\_\_  
c) ( ) Classe especial: \_\_\_\_\_  
d) ( ) Outros: \_\_\_\_\_

5. Qual sua formação acadêmica?

- a) ( ) Magistério 2º grau      b) ( ) Graduação: \_\_\_\_\_  
c) ( ) Especialização: \_\_\_\_\_  
d) ( ) Mestrado: \_\_\_\_\_ e) ( ) Doutorado: \_\_\_\_\_

6. Possui algum curso na área de educação especial? Qual?

7. O que você e sua escola tem feito para promover a educação inclusiva?



8. Você já teve acesso ou leu por iniciativa própria ou da instituição que trabalha as Diretrizes curriculares Nacionais para a Educação especial?

- Sim
- Não
- Em parte

9. Você tem conhecimento do Currículo em movimento da Educação básica – Educação especial?

- Sim
- Não
- Em parte

10. Você se sente preparada (o) para atender alunos com necessidades educacionais especiais inseridos na escola regular?

11. Em sua escola como você descreve a participação do coordenador pedagógico na promoção do atendimento educacional especializado?

12. É parte do momento de planejamento coletivo o estudo, as reflexões e tomada de decisões pedagógicas voltadas para alunos e alunas com necessidades educacionais especiais?

13. O atendimento educacional especializado (sala de recursos) contribui para a aprendizagem efetiva dos alunos ANEES e a estrutura da sala é adequada?

- Sim, mas a estrutura das salas de recursos não é adequada, pois faltam recursos materiais
- Sim, a estrutura das salas de recursos é satisfatória e contribuem em sua totalidade.
- Não, as salas são precárias e não facilitam o processo de ensino aprendizagem.
- Em parte, as salas são precárias e contribuem pouco para o processo de aprendizagem.
- Não, a escola não possui sala de recursos.

14. O PPP de sua escola possui projetos que privilegiam a inclusão dos alunos ANEES?

15. As adequações curriculares visam proporcionar a temporalidade e adequações de conteúdos aos alunos ANEES. Em sua opinião elas têm contribuído para o trabalho pedagógico em sua sala de aula?

## APÊNDICE 2

### QUADROS DE ANÁLISES DE DADOS

**Quadro 1 Caracterização do Sujeito**

	<b>1) Faixa Etária</b>	<b>2) Sexo</b>	<b>3) Tempo de docência</b>	<b>4) Atuação</b>	<b>5) Formação acadêmica</b>
<b>Professora 1</b>	41 a 50 anos	F	Acima de 21 anos	Anos Iniciais do ensino fundamental-2º ano	Especialização em coordenação Pedagógica
<b>Professora 2</b>	21 a 30 anos	F	3 a 10 anos	Anos iniciais do Ensino Fundamental: 4º ano	Graduação Pedagogia
<b>Professora 3</b>	21 a 30 anos	F	3 a 10 anos	Anos iniciais do Ensino Fundamental: 4º ano	Graduação Pedagogia
<b>Professora 4</b>	31 a 40 anos	F	11 a 20 anos	Anos iniciais do Ensino Fundamental: 3º ano	Graduação Pedagogia
<b>Coordenadora 1</b>	21 a 30 anos	F	11 a 20 anos	Coordenação pedagógica	Especialização Psicopedagogia/ Coordenação pedagógica
<b>Coordenadora 2</b>	31 a 40 anos	F	Acima de 21 anos	Coordenação pedagógica	Graduação Pedagogia Esp. em Administração escolar
<b>OE</b>	41 a 50 anos	F	11 a 20 anos	Anos iniciais do ensino fundamental	Graduação Pedagogia Especialização em ensino especial

Fonte pesquisa de campo

## Quadro 2- levantamento de dados

Questão 6- Possui algum curso na área de educação especial? Qual?

<b>Professora 1</b>	<i>Não</i>
<b>Professora 2</b>	<i>Não.</i>
<b>Professora 3</b>	<i>.Não</i>
<b>Professora 4</b>	<i>Não</i>
<b>Coordenadora 1</b>	<i>Sim. Arteterapia Avaliação do desenho na visão da Psicopedagogia - INEESP</i>
<b>Coordenadora 2</b>	<i>Alfabetização</i>
<b>OE</b>	<i>Sim. Pós Graduação</i>

Fonte pesquisa de campo

## Quadro 3 – Levantamento de dados

Questão 10 - Você se sente preparada (o) para atender alunos com necessidades educacionais especiais inseridos na escola regular?

<b>Professora 1</b>	<i>Apesar de não possuir cursos específicos, busco sempre estudar para dar um melhor atendimento aos alunos ANEEs.</i>
<b>Professora 2</b>	<i>De forma alguma. Para mim, esses desafios só deveriam ser dados aos profissionais capacitados. Do jeito que a inclusão funciona hoje, para mim, ela acaba sendo mais uma “exclusão”.</i>
<b>Professora 3</b>	<i>Não. Tenho aprendido a como lidar no cotidiano, e infelizmente ainda erro bastante.</i>
<b>Professora 4</b>	<i>Não.</i>
<b>Coordenadora 1</b>	<i>Penso que preparados nós não estamos, mas estudar sobre o tema, conhecer a lei, buscar ajuda com a equipe diretiva, pedagógica dentre outros se faz necessário. Dessa forma vamos construindo o caminho com mais segurança.</i>
<b>Coordenadora 2</b>	<i>Depende da necessidade do aluno.</i>
<b>OE</b>	<i>Não posso dizer 100% pois esses alunos possuem comportamentos e atitudes diferentes a cada dia, nos levando muitas vezes a ações e reações diante dessa realidade a qual não estamos totalmente preparados.</i>

Fonte pesquisa de campo

#### Quadro 4 – Levantamento de dados

Questão 7- O que você ou sua escola tem feito para promover a educação inclusiva?

<b>Professora 1</b>	<i>A escola se adaptou (banheiros, rampas). Sempre que estou com algum aluno com necessidades especiais procuro ler apostilas relacionadas.</i>
<b>Professora 2</b>	<i>Não vejo trabalho nenhum da escola. Eu por ter um aluno diagnosticado, procuro formas de adaptar suas necessidades (que são muito poucas) à aula.</i>
<b>Professora 3</b>	<i>Realização de atividades juntos, vivência na sala de aula com colegas.</i>
<b>Professora 4</b>	<i>Cursos de aperfeiçoamento, poderiam ser oferecidos mas desconheço se já houve algum.</i>
<b>Coordenadora 1</b>	<i>A princípio acolher a criança e a família; recorrer as equipes e principalmente a sala de recursos. De acordo com a lei elaborar e aplicar a adequação curricular para garantir a aprendizagem da criança.</i>
<b>Coordenadora 2</b>	<i>Atender a cada aluno e inseri-lo na turma adequada e dar (promover) os atendimentos especializados que ele tem direito.</i>
<b>OE</b>	<i>Temos buscado suportes com profissionais na área de educação Especial que nos passe orientações para melhor integração desses alunos com necessidades educativas especiais.</i>

Fonte pesquisa de campo

#### Quadro 5 – Levantamento de dados

Questão 8 – Você já teve acesso ou leu por iniciativa própria ou da instituição que trabalha as Diretrizes curriculares Nacionais para a Educação especial?

<b>Professora 1</b>	<b>Não</b>				
<b>Professora 2</b>	<i>Não</i>				
<b>Professora 3</b>	<i>Em parte</i>				
<b>Professora 4</b>	<i>Não</i>				
<b>Coordenadora 1</b>	<i>Sim</i>				
<b>Coordenadora 2</b>	<i>Em parte</i>				
<b>OE</b>	<i>Sim</i>				

Fonte pesquisa de campo

### Quadro 6 – Levantamento de dados

Questão 9 – você tem conhecimento do Currículo em movimento da Educação básica – Educação especial?

<b>Professora 1</b>	Sim				
<b>Professora 2</b>	Sim				
<b>Professora 3</b>	Sim				
<b>Professora 4</b>	Não				
<b>Coordenadora 1</b>	Sim				
<b>Coordenadora 2</b>	Em parte				
<b>OE</b>	Sim				

Fonte pesquisa de campo

### Quadro 7- Levantamento de dados

Questão 11- Em sua escola como você descreve a participação do coordenador pedagógico na promoção do atendimento educacional especializado?

<b>Professora 1</b>	<i>Sempre que estou com esses alunos recebo ajuda do coordenador pedagógico seja com materiais, seja com material didático ou até acompanhando o aluno.</i>
<b>Professora 2</b>	<i>No meu caso, não há interesse dos coordenadores em saber sobre o aluno.</i>
<b>Professora 3</b>	<i>A única participação que há é a do orientador pedagógico no auxílio com o aluno com necessidades especiais.</i>
<b>Professora 4</b>	<i>O atendimento educacional especializado não realizado pelo coordenador pedagógico.</i>
<b>Coordenadora 1</b>	<i>Ele auxilia, mas não supre as reais necessidades das crianças, pois as equipes (orientador, pedagogo, psicólogo e professor da sala de recursos) são os que participam de forma mais efetiva do processo.</i>
<b>Coordenadora 2</b>	<i>Ele procura fazer o elo entre os professores, os alunos, a família e o profissional responsável pelo atendimento.</i>
<b>OE</b>	<i>São pessoas que na medida do possível procuram colaborar, acolhendo com sugestões de atividades direcionadas para essas crianças e sugestões para os professores de como alcançar os objetivos pretendidos.</i>

Fonte pesquisa de campo

### Quadro 8 – Levantamento de dados

Questão 12- As reflexões e tomada de decisões pedagógicas voltadas para alunos e alunas com necessidades educacionais especiais fazem parte do momento de planejamento coletivo e estudo de sua escola?

<b>Professora 1</b>	<i>Já houveram momentos em que este tema foi abordado.</i>
<b>Professora 2</b>	<i>No tempo que estou na escola, não!</i>
<b>Professora 3</b>	<i>Só em um momento no bimestre: conselho de classe.</i>
<b>Professora 4</b>	<i>Não.</i>
<b>Coordenadora 1</b>	<i>Sim. Hoje avançamos; sempre nas discussões se tem o olhar voltado para as crianças ANEEs</i>
<b>Coordenadora 2</b>	<i>Sim.</i>
<b>OE</b>	<i>Em parte.</i>

Fonte pesquisa de campo

### Quadro 9 – Levantamento de dados

Questão 14- O PPP de sua escola possui projetos que privilegiam a inclusão dos alunos ANEEs?

<b>Professora 1</b>	<i>Há o projeto diversidade e os demais são direcionados a todos os alunos.</i>
<b>Professora 2</b>	<i>Não tenho conhecimento.</i>
<b>Professora 3</b>	<i>Sim. Mas ainda penso que é pouco e que não dão a devida importância.</i>
<b>Professora 4</b>	<i>Não conheço o PPP dessa instituição.</i>
<b>Coordenadora 1</b>	<i>Sim. Gostaria de citar o projeto que a orientadora desenvolve para todas as crianças da escola (valores) a meu ver atinge o processo de inclusão e aceitação dos ANEES no meio escolar.</i>
<b>Coordenadora 2</b>	<i>Sim.</i>
<b>OE</b>	<i>Sim.</i>

Fonte pesquisa de campo

### Quadro 10 – Levantamento de dados

Questão 13 – O atendimento educacional especializado (sala de recursos) contribui para a aprendizagem efetiva dos alunos ANEEs e a estrutura adequada?

<b>Professora 1</b>	<b><i>Não, a escola não possui sala de recursos.</i></b>				
<b>Professora 2</b>	<i>Não, a escola não possui sala de recursos.</i>				
<b>Professora 3</b>	<i>Sim, mas a estrutura das salas de recursos não é adequada, pois faltam recursos materiais.</i>				
<b>Professora 4</b>	<i>Sim, mas a estrutura das salas de recursos não é adequada, pois faltam recursos materiais.</i>				
<b>Coordenadora 1</b>	<i>Sim, mas a estrutura das salas de recursos não é adequada, pois faltam recursos materiais- e em alguns casos mais preparo do profissional que trabalha na área.</i>				
<b>Coordenadora 2</b>	<i>Sim, mas a estrutura das salas de recursos não é adequada, pois faltam recursos materiais.</i>				
<b>OE</b>	<i>Não, a escola não possui sala de recursos.</i>				

Fonte pesquisa de campo

### Quadro 11 – Levantamento de dados

Questão 15- As adequações curriculares visam proporcionar a temporalidade e adequações de conteúdos aos alunos ANEEs. Em sua opinião elas têm contribuído para o trabalho pedagógico em sua sala de aula?

<b>Professora 1</b>	<i>As adequações curriculares são importantes, pois auxiliam na expectativa dos resultados esperados a cada série.</i>
<b>Professora 2</b>	<i>Não. Desenvolvo o que eu acredito ser o melhor para o aluno, uma vez que a escola não oferece estudos e ações.</i>
<b>Professora 3</b>	<i>Sim. Eu mesma realizo a adequação curricular do aluno, não recebendo nenhum auxílio por parte da gestão da escola.</i>
<b>Professora 4</b>	<i>Não.</i>
<b>Coordenadora 1</b>	<i>Sim. Sei que ainda estamos aprendendo, mas as questões de respeitar o tempo da criança e entendê-la se tornam evidenciadas no que se refere a temporalidade e a adequação curricular.</i>
<b>Coordenadora 2</b>	<i>Para os que tem adequação é de grande valia, pois assegura ao aluno o cumprimento dos seus direitos.</i>
<b>OE</b>	<i>Sim.</i>

Fonte pesquisa de campo



## REFERÊNCIAS

ARANTES, Valéria Amorim (org.). **Princípios, concepções e relações entre inclusão e integração escolar** in: **Inclusão escolar**. MONTOAN e PRIETO. Summus, 2006.

BRASIL. **Ministério da educação. Diretrizes para a educação especial na educação básica**. 2001.

CARVALHO, Rosita Edler. **Escola inclusiva a reorganização do trabalho pedagógico**. Porto Alegre: Mediação, 2010.

DECRETO N° 22.912, DE 25 DE ABRIL DE 2002. DODF DE 26.04.2002.

Disponível em:

[http://www.tc.df.gov.br/SINJ/Arquivo.ashx?id\\_norma\\_consolidado=41398](http://www.tc.df.gov.br/SINJ/Arquivo.ashx?id_norma_consolidado=41398).

Acesso em 15/09/2015

FERREIRA, Maria Elisa Caputo; GUIMARÃES, Marly. **Educação Inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FURTADO, Júlio César. **Tornar-se, manter-se e reinventar-se professor ou sobre a arte de fazer contato consigo mesmo** In: PAROLIN, Isabel. **Professor a formação do professor formador**. Positivo, 2009.

HONORA, Márcia; FRIZANCO. Mary Lopes Esteves. **Esclarecendo as deficiências- Aspectos teóricos e práticos para contribuir com uma sociedade inclusiva**. São Paulo: Ciranda cultural, 2008.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2001.

MACUCH, Regiane. SILVA, Marisa. **Sentimentos do percurso...** In: PAROLIN, Isabel. **Professor! A formação do professor formador**. Positivo, 2009.

MACHADO, Rosângela. **Formação de professores** In: Revista inclusão da educação especial, Brasília, 2011. Disponível em:

[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/themes/wp-simple/biblioteca/Revista\\_Inclusao\\_9.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/themes/wp-simple/biblioteca/Revista_Inclusao_9.pdf). Acesso em 30/08/2015.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. PRIETO, Rosângela Gavioli. **Inclusão Escolar**. São Paulo: Summus, 2006.

MEC. Documento orientador Programa implantação de salas de recursos multifuncionais. Ministério da Educação Secretaria de Educação continuada, alfabetização, diversidade e inclusão Diretoria de políticas de Educação especial. 2012

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=11037-doc-orientador-multifuncionais-pdf&category\\_slug=junho-2012-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11037-doc-orientador-multifuncionais-pdf&category_slug=junho-2012-pdf&Itemid=30192). Acesso em 09/09/2015

MENDES, Enicéia Gonçalves. **Breve histórico sobre a educação especial**. <http://aprendeonline.udea.edu.co/revistas/index.php/revistaeypp/article/view/9842/9041>. Acesso em 25/08/2015

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. **História, deficiência e educação especial**. Disponível em:

[http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/revis/revis15/art1\\_15.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/revis/revis15/art1_15.pdf). Acesso em 25/08/2014

PORTELA, Girlene Lima. **Abordagens teórica-metodológicas. Projeto de pesquisa no ensino de Letras para o curso de Formação de Professores da UEFS**. 2004. Disponível em: [www.uefs.br/disciplinas/let318/abordagensmetodologicas.rtf](http://www.uefs.br/disciplinas/let318/abordagensmetodologicas.rtf) Acesso em: 03/10/2015

SEDF. **Currículo em movimento da educação básica. Educação especial.**  
[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/themes/wp-simple/CURRICULOS/Distrito\\_Federal\\_Curriculo\\_em\\_Movimento\\_da\\_Educacao\\_Basica\\_Educacao\\_Especial.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/themes/wp-simple/CURRICULOS/Distrito_Federal_Curriculo_em_Movimento_da_Educacao_Basica_Educacao_Especial.pdf). Acesso em 02/09/2015

SEDF. **Formulário de registro semestral das adequações curriculares etapas e modalidades da educação básica.** Disponível em:  
[http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/subeb/1\\_Adequacao%20Curricular.pdf](http://www.cre.se.df.gov.br/ascom/documentos/subeb/1_Adequacao%20Curricular.pdf). Acesso em 18/09/2015.

SEDF. **Orientação pedagógica Educação especial.** Brasília, 2010.

SILVA, Edileuza F. **A Coordenação Pedagógica como espaço de organização do trabalho escolar: o que temos e o que queremos.** In: VEIGA, Ilma P. A. *Quem sabe faz a hora de construir o Projeto Político-Pedagógico.* Campinas, SP: Papyrus, 2007. Disponível In:  
<http://cursos.mec.gov.br/coordenacao/unb/mod/book/view.php?id=596&chapterid=96>. Acesso em 20/02/2015.

SOARES, Andrey Felipe Cé. **Gestão escolar e coordenação pedagógica: Uma relação complexa.** 2012. Disponível In:  
<http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/view/607/622>. Acesso em 27/10/2014.